



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**BRUNO LEONARDO GUIMARÃES RODRIGUES**

**A PRODUÇÃO DE BENS FINAIS NO DESENVOLVIMENTO RECENTE DA  
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NA BAHIA**

**SALVADOR  
2011**

**BRUNO LEONARDO GUIMARÃES RODRIGUES**

**A PRODUÇÃO DE BENS FINAIS NO DESENVOLVIMENTO RECENTE DA  
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NA BAHIA**

Versão preliminar do trabalho de conclusão de curso apresentado no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Henrique Tomé Costa Mata.

**SALVADOR  
2011**

Ficha catalográfica elaborada por Joana Barbosa Guedes CRB 5-707

R696 Rodrigues, Bruno Leonardo Guimarães  
A produção de bens finais no desenvolvimento recente da indústria de transformação na Bahia / Bruno Leonardo Guimarães Rodrigues. – Salvador, 2011.  
58f. tab.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA, 2011.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Tomé da Costa Mata.

1. Industrialização. 2. Indústria de transformação. 3. Produção de bens finais. I. Rodrigues, Bruno Leonardo Guimarães. II. Mata, Henrique Tomé da Costa. III. Título.

CDD – 338.45

**BRUNO LEONARDO GUIMARÃES RODRIGUES**

**A PRODUÇÃO DE BENS FINAIS NO DESENVOLVIMENTO RECENTE DA  
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NA BAHIA**

Versão preliminar do trabalho de conclusão de curso apresentado no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em 16 de Dezembro de 2011.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Henrique Tomé Costa Mata  
Faculdade de Economia da UFBA

---

Prof. Antonio Plínio Pires de Moura  
Mestre da Faculdade de Economia da UFBA

---

Prof. Bruno Rodrigues Pinheiro  
Faculdade de Economia da UFBA

## AGRADECIMENTOS

A Deus pela sabedoria para descobrir a minha vocação, pela força para superar todos os obstáculos e por conseguir a realização de um sonho.

Ao Prof. Henrique Tomé Costa Mata, por ter transmitido sua experiência profissional com tanta dedicação, compromisso, paciência e competência tornando possível a realização deste trabalho.

Aos meus pais, por acreditar em mim e por me incentivar sempre, mesmo nos momentos mais difíceis.

A Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA, por ter me dado a oportunidade de crescer profissionalmente.

Todos os professores, que repassaram seus conhecimentos, fazendo com que meu desenvolvimento fosse o melhor possível.

Aos colegas de classe, por que seria impossível esquecer o quanto foram importantes nessa etapa de minha vida. Com vocês aprendi a perceber que a vida oferece todo dia uma oportunidade para sermos felizes. Sucesso a todos.

A todos cujos nomes não estão explícitos aqui, mas que de alguma forma contribuíram para conquista deste trabalho.

## RESUMO

Esta monografia consiste em analisar a recente evolução da indústria de transformação na Bahia e o seu desenvolvimento a partir do ingresso dos novos investimentos de bens finais no final da década de 1990. Para isso foi necessário comparar o crescimento do PIB no período em que a Bahia tinha apenas indústrias de bens de consumo intermediário com o recente período, em que começaram a ingressar no Estado indústrias de bens de consumo final. Verificar o impacto destes investimentos para o crescimento recente do PIB, e avaliar se eles são apenas surtos de investimentos esporádicos, ou se realmente serão capazes de promover um desenvolvimento sustentável, expondo, desta forma, os limites e fragilidades de um crescimento econômico baseado em bens intermediários.

**Palavras-chave:** Industrialização. Indústria da transformação. Produção de bens finais.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Gráfico dos investimentos aprovados pela SUDENE.....	16
Figura 2 -	Gráfico do investimento e Mão-de-obra dos Projetos Industriais Aprovados pela SUDENE até 1975 (Cr\$ milhões de 1975).....	16
Figura 3 -	Gráfico da composição Setorial do PIB baiano (%)......	18
Figura 4 -	Gráfico da taxa média de crescimento do PIB 1986-1996.....	19
Figura 5 -	Figura 5 – Gráfico da estrutura do PIB Bahia – 1985 -1995.....	21
Figura 6 -	Gráfico da Variação Percentual do PIB, por atividade – 1990-1994.....	22
Figura 7 -	Gráfico do percentual da Indústria de Transformação no PIB.....	25
Figura 8 -	Gráfico da evolução do PIB.....	25
Figura 9 -	Gráfico de Participação de Segmentos Seleccionados no VTI da Bahia 1996 e 2004.....	27
Figura 10 -	Gráfico da evolução do PIB.....	28
Figura 11 -	Gráfico Estrutura do PIB da Bahia – 2004-2006.....	29
Figura 12 -	Gráfico do desempenho do segmento de Calçados 1996-2004.....	32
Figura 13 -	Fatores Explicativos da Competitividade da Indústria Nordestina.....	42

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Investimento e Mão-de-obra dos Projetos Industriais Aprovados pela SUDENE até 1970 (Cr\$ milhões de 1970).....	15
Tabela 2 - Investimento e Mão-de-obra dos Projetos Industriais Aprovados pela SUDENE até 1975 (Cr\$ milhões de 1975).....	16
Tabela 3 - Composição Setorial do PIB baiano (%).....	17
Tabela 4 - Taxa média de crescimento do PIB 1986-1996.....	19
Tabela 5 - Estrutura do PIB da Bahia – 1985 -1995.....	21
Tabela 6 - Variação Percentual do PIB, por atividade – 1990-1994.....	22
Tabela 7 - Indústria de Transformação.....	24
Tabela 8 - Evolução do PIB.....	25
Tabela 9 - Participação de Segmentos Selecionados no VTI da Bahia 1996 e 2004..	27
Tabela 10 - Evolução do PIB.....	28
Tabela 11 - Estrutura do PIB da Bahia – 2004-2006.....	28
Tabela 12 - Desempenho do Setor de Calçados 1996-2004.....	31
Tabela 13 - Distribuição geográfica das fábricas brasileiras de tecidos nos períodos 1866, 1875, 1885.....	38
Tabela 14 - VTI dos estados nordestinos referente à produção de artigos têxteis (exceto vestuário).....	43
Tabela 15 - Números de vínculos empregatícios na fabricação de produtos têxteis em 2005 (grupo 17 da CNAE1).....	44

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
1.1	OBJETIVOS	12
1.1.1	<b>Objetivo Geral</b>	12
1.1.2	<b>Objetivos Específicos</b>	12
<b>2</b>	<b>EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO BAIANA</b>	<b>13</b>
2.1	GÊNESE DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO	13
2.2	CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO	17
<b>3</b>	<b>PRODUÇÃO DE BENS FINAIS NA BAHIA</b>	<b>21</b>
3.1	HISTÓRICO	21
3.2	MUDANÇAS RECENTES	24
3.3	SEGMENTOS SELECIONADOS	29
3.3.1	<b>Calçados</b>	29
3.3.2	<b>Têxtil / Confeccões</b>	32
3.3.3	<b>Automobilística</b>	47
<b>4</b>	<b>CONCLUSÕES</b>	<b>54</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>56</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A economia baiana vem crescendo de modo significativo nas últimas décadas, a partir de intensas transformações na sua estrutura industrial, com reflexos tanto na dinâmica espacial e regional, quanto no processo de diversificação e concentração. O Estado apresenta o sexto maior PIB do Brasil, com uma participação em 2007 aproximada de 4,1 % segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o que sinaliza um aumento evidente da participação da indústria no PIB estadual. Hoje, a atividade de transformação industrial ostenta uma posição de destaque na economia estadual, ao mesmo tempo em que atravessa um processo de reestruturação intenso e expressivo.

Este estudo pretende descrever a evolução da indústria de transformação baiana, desde os primeiros investimentos da Petrobrás na Refinaria Landolfo Alves, em São Francisco do Conde, até a implementação do Centro Industrial de Aratu, quando se conclui o início do processo de industrialização. Na fase de consolidação, acontece a implantação do 2º pólo petroquímico brasileiro na Bahia, o Complexo Petroquímico de Camaçari, e a instalação da Mineração Caraíba, em Jaguarari. Estes aportes industriais são característicos da indústria baiana, pois refletem atividades de cunho concentrado, intensivo em capital, e especializado na produção de bens intermediários.

Aliada à análise da trajetória de crescimento da indústria de transformação na Bahia, este trabalho objetiva ainda trazer à tona a reflexão quanto aos investimentos recentes nesta área, dentre eles o projeto Amazon da Ford, responsável por um aumento significativo da qualidade no setor. O advento da Ford foi, sem dúvida, um fator indutor para a expansão recente na economia baiana, e é justamente a compreensão do processo de crescimento deste mercado que este estudo visa abarcar, considerando o período de 1990 a 2005 e, sobretudo, no que tange o ingresso de indústrias de consumo final.

A indústria de bens finais é relevante neste contexto, pois tem apresentado impactos significativos na economia, a partir de novos investimentos, e estabelecimento de um parque industrial mais integrado, diversificado e com cadeias produtivas mais completas. Isso diminui cada vez mais a participação, ainda dominante, dos bens intermediários na composição da oferta da indústria no Estado. Em virtude disso, cogita-se a possibilidade da

indústria baiana alcançar uma fase qualitativamente superior à anterior nos primeiros anos do novo milênio, estabelecendo uma nova dinâmica industrial.

Já a indústria de transformação, em particular a de bens finais, como vetor estratégico de crescimento é fator relevante, não somente do ponto de vista econômico, como também do ponto de vista sócio-cultural e científico. Isso porque a percepção do progresso trazida pelos recentes investimentos nesta área pode trazer novas perspectivas de desenvolvimento para o Estado como um todo, destituindo a relação entre a pouca diversidade industrial e o baixo desenvolvimento social e humano.

Considerando a fundamentação teórica apresentada e, a partir dos argumentos supracitados, suscita-se a seguinte problemática de estudo: os novos investimentos instalados na Bahia, que proporcionaram um incremento substancial da produção de bens de consumo finais, podem prever que a Bahia está ingressando numa dinâmica econômica endógena, capaz de dar continuidade aos estímulos de atividade produtiva correspondente aos saltos de crescimento?

Para contemplar as expectativas propostas neste questionamento, propõe-se uma análise do panorama evolutivo da indústria de transformação, considerando as seguintes variáveis: 1. Investimentos privados; 2. Políticas fiscais; 3. Bens finais; 4. Bens intermediários; 5. Indicadores que abrangem o desenvolvimento industrial do Estado (PIB) e da indústria de transformação.

A redefinição das bases produtivas, e o ordenamento espacial das atividades industriais na Bahia são efeitos esperados, considerando a hipótese de que o PIB baiano vem crescendo a taxas superiores ao nacional, fato corroborado pelos recentes investimentos industriais, de dinâmica econômica endógena, que explica os bons resultados obtidos pelo Estado no período analisado.

Os indicadores de que a Bahia encontra-se, de fato, numa fase expansiva para a economia serão testados com base no método hipotético-dedutivo, considerando o levantamento de dados secundários coletados, somados às contribuições teóricas concernentes ao estudo da Economia, a fim de validar a predição e o prognóstico da ocorrência desse fenômeno defendido na hipótese.

No capítulo dois será abordada a evolução da indústria de transformação baiana. A gênese do processo de industrialização baiana, no tocante aos aspectos históricos que contribuíram para a transformação da indústria, considerando as formações socioeconômicas da época, será discutida em detalhes. Em seguida, a ênfase será dada à consolidação do processo de industrialização da Bahia, que ocorreu na década de 1970, com a instalação do pólo petroquímico em Camaçari.

De agroexportadora, a Bahia passa a se inserir na matriz industrial brasileira de modo cada vez mais especializado, com foco na produção de bens intermediários. Os efeitos dos investimentos realizados no pólo petroquímico de Camaçari são correlacionados com os impactos negativos da crise econômica brasileira na indústria local, mantendo o lugar de destaque com relação ao crescimento do PIB em comparação com a média nacional.

O capítulo três versa sobre a produção de bens finais, partindo do histórico que atesta a participação significativa da indústria de transformação no PIB baiano. Revela ainda o impacto da crise política e da recessão econômica brasileira na década de 1990 sobre o setor. O abalo na economia estadual ficou evidente também para a indústria de transformação, refletindo consideravelmente na diminuição do PIB baiano, principalmente devido à abertura comercial, e a intensificação da concorrência no nível mundial e da retração do mercado interno.

Em seguida, são abordadas as mudanças recentes que afetaram direta ou indiretamente no desempenho do setor, destacando os investimentos na indústria petroquímica e eletrônica, bem como o advento da indústria automotiva na Bahia, oxigenado pela Ford. Além disso, pontua-se o desenvolvimento de nichos de mercado da indústria de transformação de bens de consumo, destacando o segmento calçadista, o têxtil/ confecções e o automobilístico. Por fim, serão discutidos os reflexos da diversificação da indústria baiana, trazendo reflexões e suscitando questionamentos no que tange ao modelo de industrialização adotado.

## 1.1 OBJETIVOS

### 1.1.1 Objetivo Geral

O objetivo é analisar a recente evolução da indústria de transformação na Bahia e o seu desenvolvimento, a partir do ingresso dos novos investimentos de bens finais no final da década de 1990.

### 1.1.2 Objetivos Específicos

- a) Comparar o crescimento do PIB no período em que a Bahia tinha apenas indústrias de bens de consumo intermediário com o recente período, em que começaram a ingressar no Estado, indústrias de bens de consumo final.
  
- b) Verificar o impacto destes investimentos para o crescimento recente do PIB, e avaliar se eles são apenas surtos de investimentos esporádicos, ou se realmente serão capazes de promover um desenvolvimento sustentável.

## 2 EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO BAIANA

### 2.1 GÊNESE DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO

A evolução da indústria de transformação da Bahia se confunde com o próprio processo estadual de industrialização. Como se sabe, o Nordeste e o Sudeste tiveram formações socioeconômicas distintas. No Nordeste, a economia colonial se baseava na lavoura de cana-de-açúcar e utilizava mão-de-obra escrava. Isso acarretou uma concentração de riqueza nas mãos de um pequeno grupo de senhores de engenho. Com o declínio da indústria açucareira no século XVIII a economia nordestina, que tinha como base apenas essa monocultura entra em decadência, apresentada por Furtado (1999) no livro a Formação Econômica do Brasil.

Já no Sudeste, no século XIX predominava a lavoura de café com parte da mão-de-obra constituída de imigrantes europeus assalariados. Os colonos europeus, vindos da Itália e Alemanha no século XIX, além de se dedicarem à lavoura de café, iniciaram a implantação de uma indústria de “fundo de quintal”, que daria origem ao parque industrial do Sudeste. A forte presença do governo federal no eixo Rio de Janeiro e São Paulo, deu força a essa industrialização e proporcionou uma maior circulação de riqueza na região. Assim, na segunda metade do século XIX, as desigualdades regionais já existentes acentuaram-se.

No mesmo período, a Bahia se especializava na cultura do cacau, que viria a se tornar o principal produto de exportação de sua economia. A monocultura do cacau não foi capaz de gerar significativos efeitos multiplicadores devido, principalmente, aos seguintes fatores:

- a) reduzidos reinvestimentos dos lucros do cacau no próprio Estado;
- b) intensidade de mão-de-obra desqualificada;
- c) baixo nível tecnológico;
- d) reduzidos efeitos de encadeamento para frente e para trás; e
- e) instabilidade econômica decorrente da flutuação das safras e do câmbio, câmbio este que favorecia as importações para o processo de industrialização do Centro-Sul e penalizava as exportações agrícolas.

O avanço da concentração industrial no Sudeste fomentou uma espécie de “divisão nacional do trabalho”, na qual as regiões mais atrasadas, como o Nordeste, tornaram-se supridoras de

alguns produtos primários que eram transformados industrialmente naquela região. Neste cenário, as disparidades regionais no Brasil foram se agravando.

Essas disparidades começaram a gerar crescentes pressões políticas por parte das regiões desfavorecidas, forçando o governo federal a buscar uma maior integração nacional, via desconcentração industrial. A política nacional de integração nacional permitiu que a economia baiana desenvolvesse o seu processo de industrialização. A idéia básica dessa política era promover o crescimento de outras regiões do país que fossem bem providas de recursos naturais, mão-de-obra barata e pudessem, assim, suprir a forte demanda de bens intermediários oriunda da região Sudeste.

A Região Metropolitana de Salvador (RMS) preenchia estes requisitos, pois Salvador representava o centro administrativo, político e financeiro do Estado e no Recôncavo tinham sido descobertas reservas de petróleo e gás. É neste contexto que o governo da Bahia, em 1955, monta seu primeiro plano estadual de desenvolvimento, o PLANDEB, com o intuito de ter uma participação mais ativa no esforço federal de desconcentração industrial e, deste modo, impulsionar o incipiente processo de industrialização que se inicia e ganha força com os investimentos da Petrobrás na implantação da Refinaria Landulfo Alves (RLAM) em Mataripe.

Inaugurada em 1954, a RLAM, somente a partir de 1957, com os substanciais investimentos feitos pela Petrobrás, passa a ter um papel importante na economia baiana. Entre 1958 e 1959, tais investimentos foram responsáveis por 6,7% e 7,5% da renda interna bruta estadual. Além disso, a política de compras realizada pela RLAM nos primeiros anos, junto com os altos salários pagos pela empresa, ocasionou um efeito indutor sobre a economia local, favorecendo o desenvolvimento da indústria, do comércio e dos serviços na RMS (MENEZES, 2001).

A criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), com o propósito de fomentar o desenvolvimento da região, reforça o movimento de industrialização na Bahia. Esses órgãos e a concessão de incentivos fiscais do Governo Federal e infra-estrutura do Governo Estadual, foram importantes para a implantação, em 1966, do Centro Industrial de Aratu (CIA), nos municípios de Candeias e

Simões Filho, circunvizinhos a Salvador. No CIA empresas industriais de diversos segmentos se instalaram especialmente metalurgia, minerais não metálicos e material elétrico.

Aprofundando a concentração da indústria baiana na produção de bens intermediários, como confirmam os dados abaixo:

- a) até 1970, 85% dos investimentos incentivados pela SUDENE eram destinados à produção de bens intermediários, baseados em matéria-prima local e de perfil capital intensivo;
- b) no mesmo ano, a química, a mecânica e a metalurgia respondiam por 60% do valor de transformação industrial (VTI) baiano e apenas 29% de sua produção era destinada aos mercados do Norte e Nordeste, inclusive Bahia (MENEZES, 2001, p. 47).

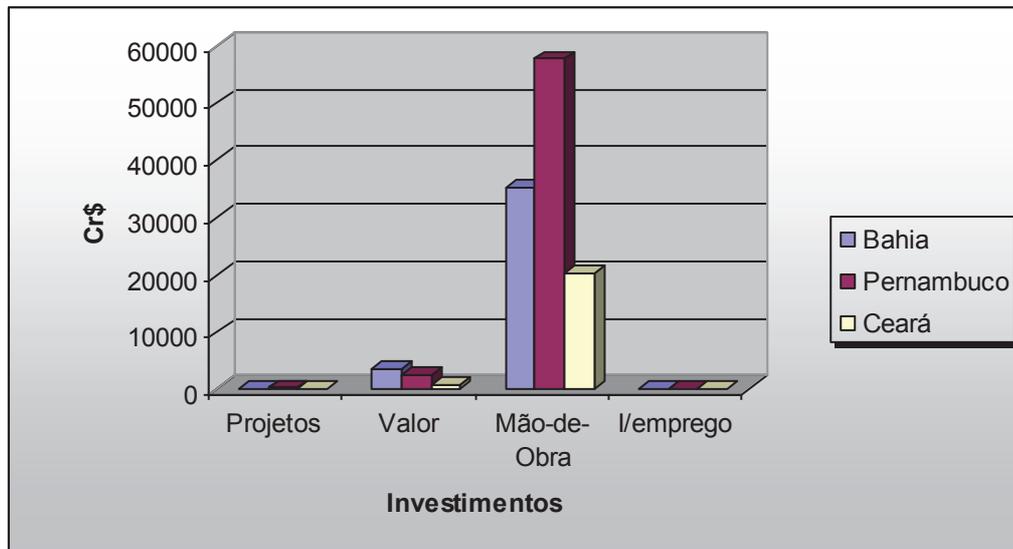
Ou seja, o processo de industrialização da Bahia era claramente complementar ao nacional. As tabelas 1 e 2 evidenciam a diferença da industrialização da Bahia frente aos estados de Pernambuco e Ceará, em dois momentos da década de 1970. Observando a relação investimento e emprego (I/emprego), nota-se que mesmo antes da partida do pólo petroquímico de Camaçari, a indústria baiana já tinha um perfil bem parecido com o atual: elevada intensidade em capital dos investimentos realizados, em consequência da prioridade dada à produção de bens intermediários.

Tabela 1  
Investimento e Mão-de-Obra dos Projetos Industriais Aprovados  
pela SUDENE até 1970 (Cr\$ milhões de 1970)

Estados	Projetos	%	Valor	%	Mão-de-Obra	%	I/emprego	%
<b>Bahia</b>	189	22,8	3.504	38,9	35.137	22,7	99,7	171,2
<b>Pernambuco</b>	272	32,8	2.645	29,4	57.661	37,3	45,9	78,8
<b>Ceará</b>	124	14,9	693	7,7	20.300	13,1	34,2	58,7
<b>Total</b>	<b>830</b>	<b>100</b>	<b>9.003</b>	<b>100</b>	<b>154.563</b>	<b>100</b>	<b>58,2</b>	<b>100</b>

Fonte: MENEZES, 2001

Figura 1 – Investimento e Mão-de-Obra dos Projetos Industriais Aprovados pela SUDENE até 1970 (Cr\$ milhões de 1970)



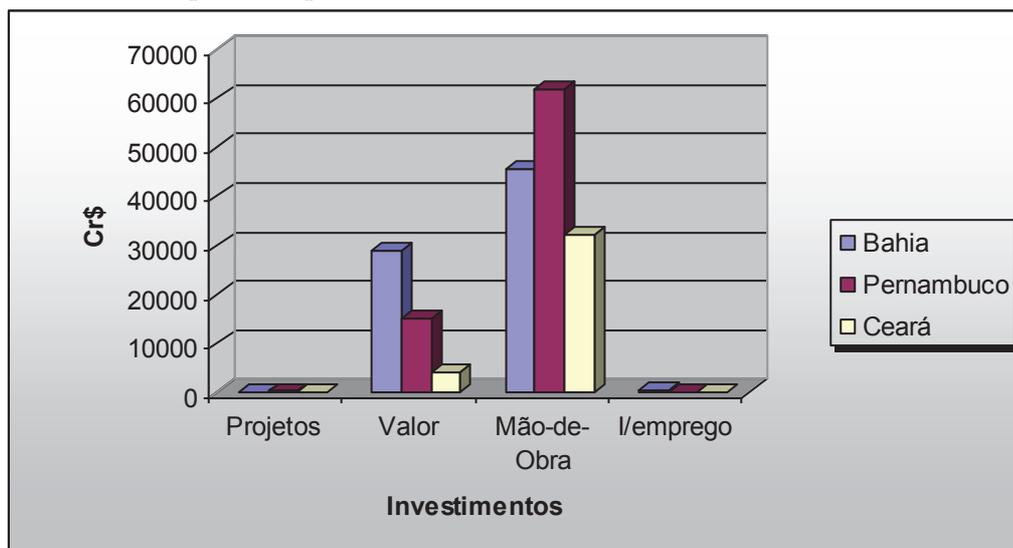
Fonte: Elaboração própria com dados de MENEZES, 2001

Tabela 2  
Investimento e Mão-de-Obra dos Projetos Industriais Aprovados pela SUDENE até 1975 (Cr\$ milhões de 1975)

Estados	Projetos	%	Valor	%	Mão-de-Obra	%	I/emprego	%
<b>Bahia</b>	233	23,0	28.821	48,3	45.487	24,3	633,6	199,0
<b>Pernambuco</b>	326	32,1	14.996	25,1	61.929	33,0	242,2	76,1
<b>Ceará</b>	176	17,3	4.218	7,1	32.065	17,1	131,5	41,3
<b>Total</b>	<b>1015</b>	<b>100</b>	<b>59.716</b>	<b>100</b>	<b>187.569</b>	<b>100</b>	<b>318,4</b>	<b>100</b>

Fonte: MENEZES, 2001

Figura 2 – Gráfico do investimento e Mão-de-Obra dos Projetos Industriais Aprovados pela SUDENE até 1975 (Cr\$ milhões de 1975)



Fonte: Elaboração própria com dados de MENEZES, 2001

Os efeitos dos investimentos da RLAM e do CIA sobre a economia baiana foram marcantes. O Produto Interno Bruto (PIB) local cresceu a uma taxa média de 6,5% a.a., na segunda metade da década de 1950, desacelerou no início dos anos 1960 3,8% a.a. e voltou a registrar uma expansão significativa no período que vai de 1966 a 1970, com uma taxa média anual de 5,2%. No início dos anos 1970, quando a maioria dos investimentos do CIA estava em fase de operação, a Bahia cresce ainda mais (9,9% a.a.), contribuindo para o chamado “milagre econômico brasileiro”. A indústria local cresceu 15,0% a.a., entre 1966 e 1970, e 16,5% a.a. entre 1971 e 1975. Já a participação da indústria baiana no valor de transformação industrial (VTI) brasileiro aumentou de 1,5% em 1970 para 2,1% em 1974 (MENEZES, 2001, p. 49).

## 2.2 CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO

Em que pese as transformações já em curso, a consolidação do processo de industrialização da Bahia só ocorreria na década de 1970, com a instalação do pólo petroquímico em Camaçari. De acordo com Teixeira e Guerra (2000, p. 90), três razões foram usadas para justificar a escolha da Bahia para sediar o 2º pólo petroquímico brasileiro:

- a) o Estado era, à época, o maior produtor de petróleo do país e já possuía uma refinaria;
- b) existia carência na produção nacional de alguns insumos petroquímicos básicos usados na indústria de transformação do Centro-sul; e
- c) o governo federal tinha como objetivo diminuir as desigualdades regionais.

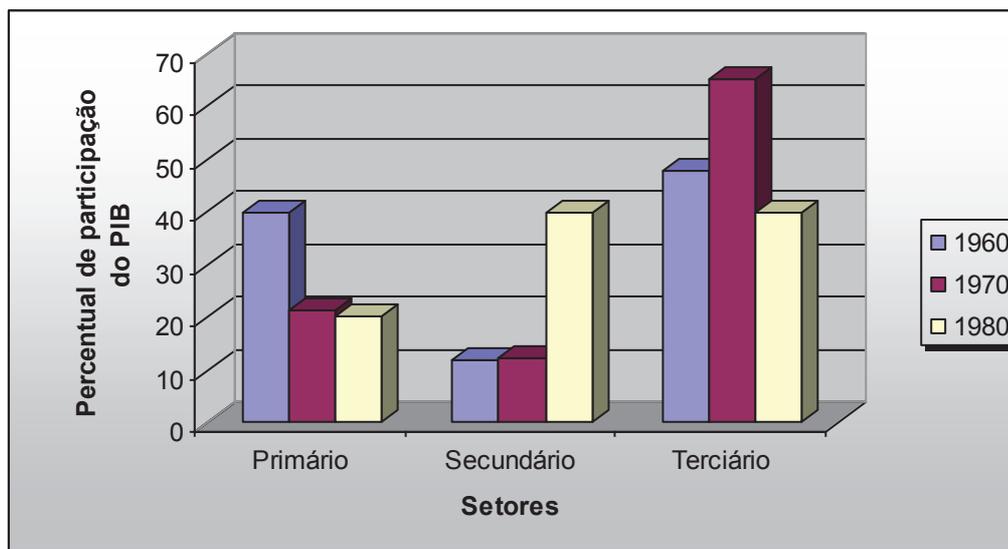
Os efeitos multiplicadores gerados pela instalação do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) provocaram um crescimento anual médio do PIB baiano de 9,7%, a partir da segunda metade dos anos 1970. A indústria cresce 19,4% a.a., fazendo com que, já em 1980, o setor secundário suplantasse o setor primário em termos de participação no PIB estadual. Ver Tabela 3.

Tabela 3  
Composição Setorial do PIB baiano (%)

Ano	Setores		
	Primário	Secundário	Terciário
1960	40,0	12,0	48,0
1970	21,2	12,4	65,4
1980	20,2	40,0	39,8

Fonte: SEI, 2002

Figura 3 – Gráfico da composição Setorial do PIB baiano (%)



Fonte: Elaboração própria com dados da SEI, 2002

Com isto, a Bahia perde sua característica agroexportadora e se insere na matriz industrial brasileira de forma cada vez mais especializada, isto é, produzindo bens intermediários.

Os efeitos dos investimentos realizados no pólo petroquímico de Camaçari se estenderam durante os primeiros anos da década de 1980, atenuando, inicialmente, os impactos negativos da crise econômica brasileira sobre a indústria local e sustentando o crescimento do PIB do Estado em níveis superiores à média nacional. Esse movimento ganhou reforço com o início das operações da Caraíba Metais, na mineração e metalurgia do cobre. A implantação desta empresa articulava-se com o programa brasileiro de substituição de importações e tinha como objetivo suprir a demanda interna por cobre eletrolítico.

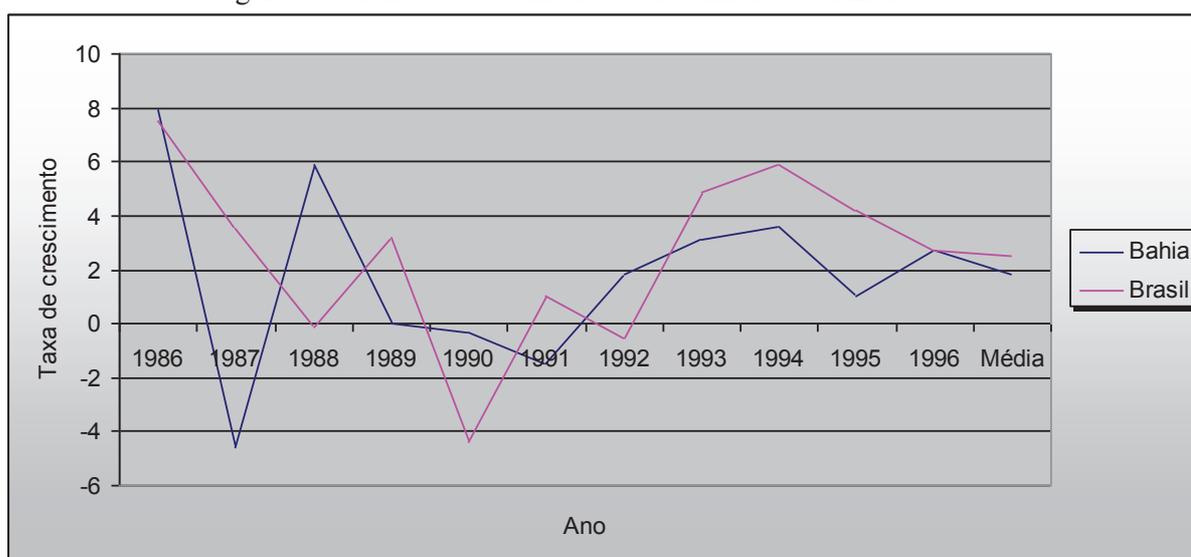
A partir da segunda metade da década de 1980, os efeitos da crise da economia nacional se fazem sentir com mais força. À medida que a produção industrial cai no Sudeste, a demanda pelos bens intermediários aqui produzidos é, necessariamente, afetada. A Bahia perde posição relativa. A taxa média de crescimento do PIB baiano foi de 1,8% no período de 1986 a 1996, contra 2,5 % do PIB nacional. Ver Tabela 4.

Tabela 4  
Taxa média de crescimento do PIB 1986-1996

Ano	Taxa de Crescimento	
	Bahia	Brasil
1986	7,9	7,5
1987	-4,6	3,5
1988	5,9	-0,1
1989	0,0	3,2
1990	-0,3	-4,4
1991	-1,5	1,0
1992	1,8	-0,5
1993	3,1	4,9
1994	3,6	5,9
1995	1,0	4,2
1996	2,7	2,7
<b>Média</b>	<b>1,8</b>	<b>2,5</b>

Fonte: SEI, 2006

Figura 4 – Gráfico da taxa média de crescimento do PIB 1986-1996



Fonte: Elaboração própria com dados de SEI, 2006

Em suma, a industrialização baiana, diferentemente do que ocorreu em outros estados nordestinos, gerava limitados vínculos com o mercado regional, era intensiva em capital e provocava concentração setorial, empresarial e espacial. A participação do gênero químico oscilava em torno de metade do VTI baiano, enquanto a metalurgia do cobre ficava com cerca de 10% (concentração setorial). O caráter capital-intensivo, devido à opção pela produção de bens intermediários, exigia grandes empresas (concentração empresarial) e a Região Metropolitana de Salvador (RMS) sediava maior parte dos empreendimentos (concentração espacial), por dispor de infra-estrutura de apoio à industrialização. Com o passar do tempo,

ela gerava cada vez mais externalidades e economias de aglomerações, reforçando a concentração (MENEZES, 2001).

### 3 PRODUÇÃO DE BENS FINAIS NA BAHIA

#### 3.1 HISTÓRICO

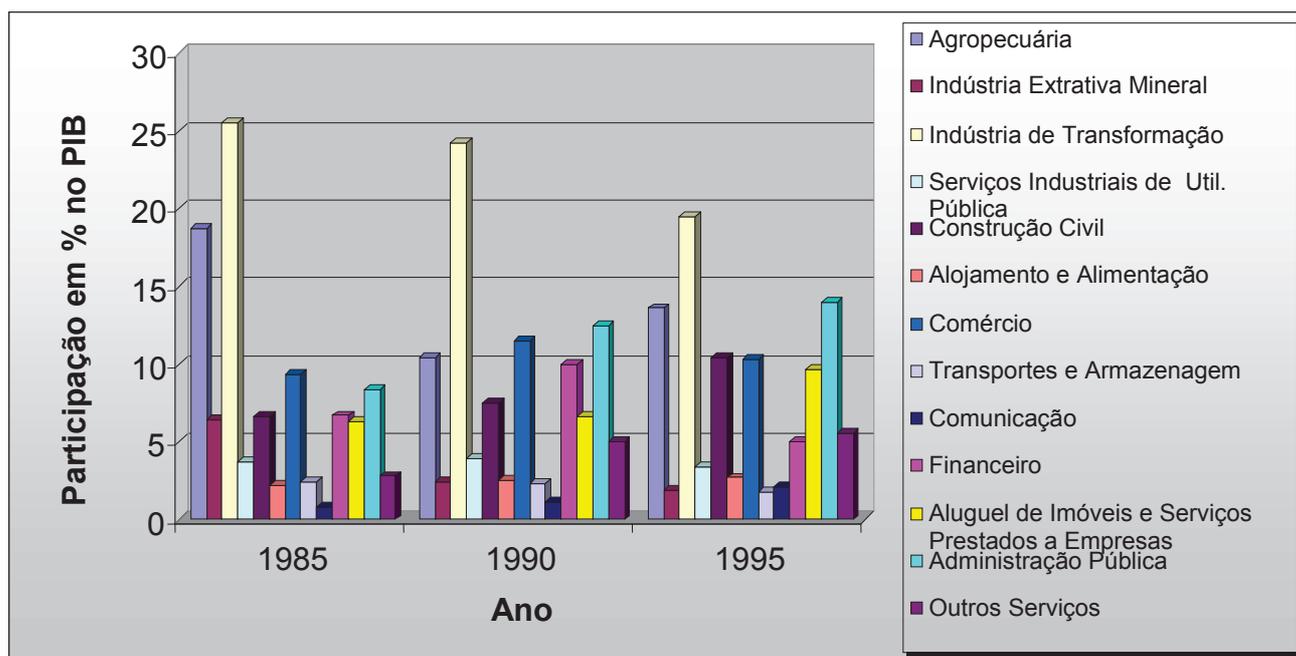
Como um reflexo do que foi exposto no capítulo anterior, a indústria de transformação passou a representar em 1985, 25,5% do PIB baiano (tabela 5).

Tabela 5  
Estrutura do PIB da Bahia – 1985 -1995

Setores/Atividades	Ano		
	1985	1990	1995
Agropecuária	18,7	10,4	13,6
Indústria Extrativa Mineral	6,4	2,4	1,9
Indústria de Transformação	25,5	24,2	19,5
Serviços Industriais de Utilidade Pública	3,7	3,9	3,4
Construção Civil	6,6	7,5	10,4
Alojamento e Alimentação	2,2	2,5	2,7
Comércio	9,3	11,5	10,3
Transportes e Armazenagem	2,4	2,3	1,8
Comunicação	0,8	1,1	2,1
Financeiro	6,7	10,0	5,0
Aluguel de Imóveis e Serviços Prestados a Empresas	6,3	6,6	9,7
Administração Pública	8,4	12,5	14,0
Outros Serviços	2,8	5,0	5,6
<b>PIB a preços básicos</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: SEI, 2002

Figura 5 – Gráfico da estrutura do PIB Bahia – 1985 -1995



Fonte: Elaboração própria com dados da SEI, 2002

No início da década de 1990 a crise política e a recessão econômica brasileira tiveram reflexos claros na economia estadual. A indústria foi a atividade que sofreu maior retração, em particular a indústria de transformação e seu segmento químico, por causa da abertura comercial que intensificou a concorrência em nível mundial e da retração do mercado interno. A participação da indústria de transformação no PIB baiano despenca de 25,5%, em 1985, para 19,5% em 1995. Ver Tabela 5.

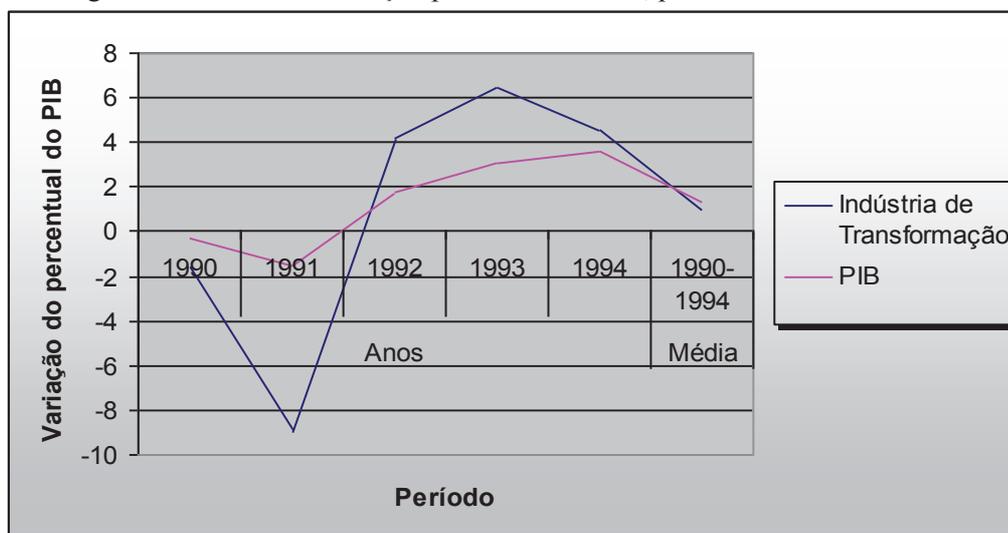
Esse quadro gerou apreensão com os rumos da industrialização baiana, uma vez que seu principal segmento, o químico, estava sendo duramente atingido pelo contexto nacional e internacional. Como se não bastasse, apesar de sua importância e dos fatos positivos criados por ela, a indústria petroquímica baiana não foi capaz de produzir significativos efeitos de encadeamento à jusante da sua cadeia produtiva, pois não conseguiu internalizar o segmento de transformação plástica. Em consequência, o crescimento médio da indústria de transformação e do PIB baiano, no período 1990-1994, quando comparado com a década de 1980, diminuiu. Ver Tabela 6.

Tabela 6  
Variação Percentual do PIB, por atividade – 1990-1994

Setor / Atividade	Anos					Média
	1990	1991	1992	1993	1994	1990-1994
<b>Indústria de Transformação</b>	-1,6	-9,0	4,2	6,4	4,5	0,9
<b>PIB</b>	<b>-0,3</b>	<b>-1,5</b>	<b>1,8</b>	<b>3,1</b>	<b>3,6</b>	<b>1,34</b>

Fonte: SEI, 2006

Figura 6 – Gráfico de variação percentual do PIB, por atividade – 1990-1994



Fonte: Elaboração própria com dados da SEI, 2006

Quando da implantação da indústria petroquímica na Bahia, acreditava-se na possibilidade da vinda de empreendimentos da terceira geração, onde os petroquímicos se transformam em bens finais para consumo, montagem ou embalagem de outros bens. Porém, como a Bahia não possuía um setor produtor de bens finais, essa transformação ficava inviável devido aos altos custos de transporte.

Um parque produtivo de bens finais viabilizaria a terceira geração petroquímica, pois criaria um mercado local para peças, componentes e embalagens. A economia baiana teria condições de sediar empresas nos segmentos têxtil e confecções, mobiliário, calçados, alimentos e bebidas, produtos de higiene, materiais de construção, etc., porque possuía, à época, 40% do mercado nordestino e 16,5% do mercado nacional. Isso garantiria as escalas de produção necessária a um setor de bens de consumo final (TEIXEIRA ; GUERRA, 2000, p.93).

Entretanto até o final da década de 1990, essas expectativas não foram concretizadas. Os setores produtores de bens finais no Centro Sul viam-se obrigados, devido à abertura comercial que acarretou o acirramento da concorrência, a realizar um grande esforço de modernização, altamente absorvedor de recursos. Somando isso à falta de uma política regional e a prioridade dada ao Mercado Econômico do Sul (MERCOSUL)<sup>1</sup>, naquela década percebe-se o motivo para a indisposição empresarial para instalação de plantas desse tipo na região Nordeste, mesmo com 16,5% do mercado nacional a ser explorado.

Diante desse quadro, preocupava a excessiva dependência da indústria baiana e do comportamento do setor químico. Afinal, a crise cacaueteira do passado pontuou o erro de uma economia pouco diversificada.

A vinda da indústria de papel e celulose para o Extremo Sul da Bahia, em 1992, foi visto como um contraponto a tendência de concentração espacial e setorial da indústria baiana. Em 1995, ela passou a representar 5,1% da estrutura da indústria de transformação do Estado (UDERMAN, 2005, p. 13). Essa expansão da indústria de celulose só foi possível graças às vantagens comparativas baianas em relação a outros estados do Brasil e outros países. Todavia, este ramo industrial, devido ao seu caráter concentrador e o seu baixo nível de articulação interindustrial, não é capaz de gerar impactos significantes. Eles são localizados, tanto setorial quanto espacialmente.

---

<sup>1</sup> Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

Ou seja, os setores químico/petroquímico, metalúrgico e de celulose não tinham condições, naquele momento, de gerar uma tensão dinâmica que viesse a incrementar significativamente as taxas de crescimento da indústria e do PIB da Bahia. Entre 1980 e 1990, o PIB baiano cresceu a uma taxa média de 2,4% a.a, enquanto que, de 1990 a 1995, a expansão foi apenas de 1,1% a.a (TEIXEIRA ; GUERRA, 2000).

### 3.2 MUDANÇAS RECENTES

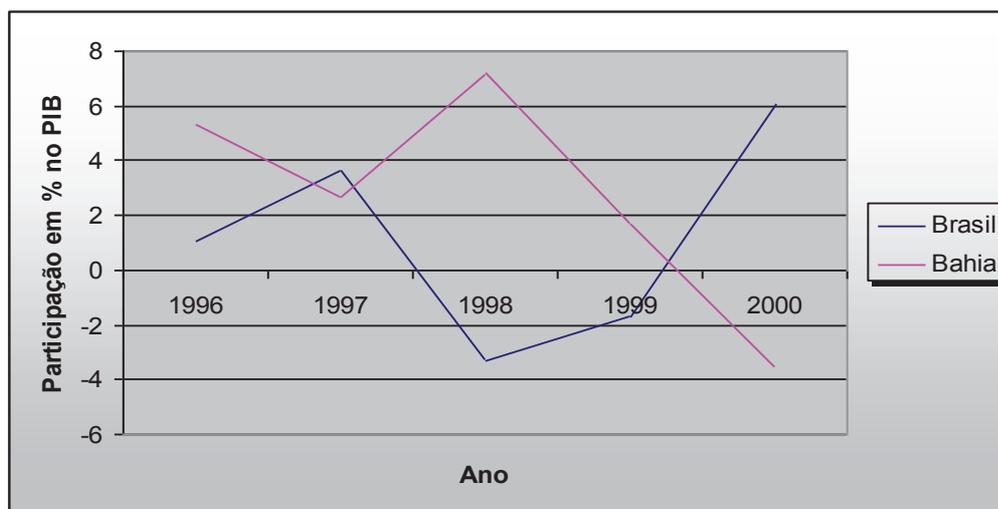
É a partir de 1994, com o processo de estabilização trazido pelo Plano Real, que se começa a assistir uma retomada da atividade econômica no Brasil com impactos positivos sobre os setores industriais baianos produtores de bens intermediários. Em consequência disto já em 1996, a Bahia apresenta um crescimento industrial superior ao conjunto do país. Ver Tabela 7. O PIB baiano, nos anos de 1997,1998 e 1999, cresceu bem mais que o do Brasil, Ver Tabela 8.

Tabela 7  
Indústria de Transformação

<b>Ano</b>	<b>Brasil</b>	<b>Bahia</b>
<b>1996</b>	1,1	5,3
<b>1997</b>	3,6	2,7
<b>1998</b>	-3,3	7,2
<b>1999</b>	-1,7	1,7
<b>2000</b>	6,1	-3,6

Fonte: IBGE, 2008

Figura 7 – Gráfico do percentual da Indústria de Transformação no PIB



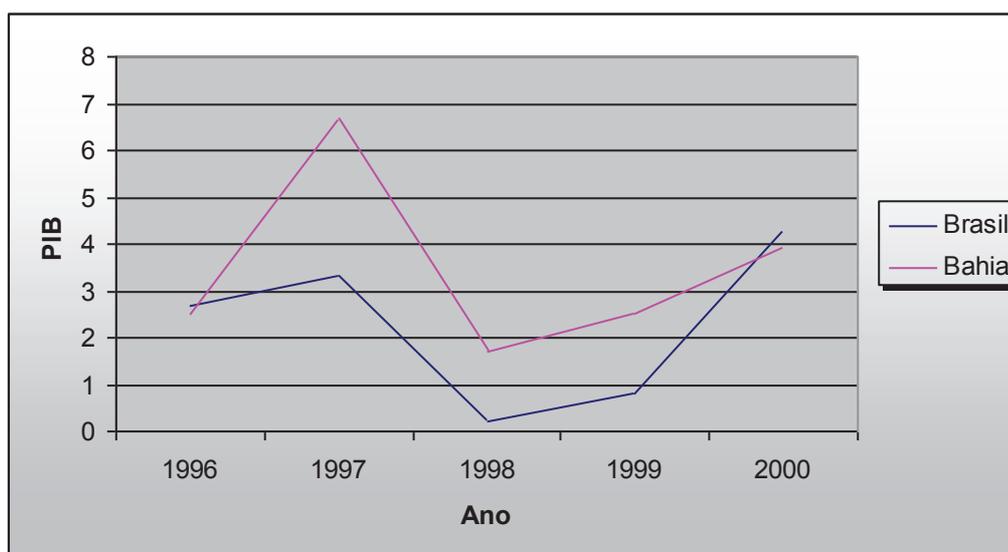
Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE, 2008

Tabela 8  
Evolução do PIB

Ano	Brasil	Bahia
1996	2,7	2,5
1997	3,3	6,7
1998	0,2	1,7
1999	0,8	2,5
2000	4,3	3,9

Fonte: SEI, 2006

Figura 8 – Gráfico da evolução do PIB



Fonte: Elaboração própria com dados da SEI, 2006

Esse desempenho foi influenciado também pela capacidade da Bahia atrair investimentos, através da concessão de um conjunto de incentivos. Essa concessão foi possível graças ao anterior saneamento fiscal e financeiro realizado na máquina pública e a venda da empresa de distribuição de energia elétrica, Companhia de Energia Elétrica da Bahia (COELBA). Além disso a posição geográfica da Bahia, a expectativa de crescimento do mercado nordestino e a base produtiva já instalada foram também favoráveis para que o Estado pudesse atrair investimentos a partir de 1995.

Os investimentos, após o Plano Real, tiveram três momentos. O primeiro deles diz respeito a investimentos na base produtiva já existente, como a ampliação da RLAM, o que implicou na redução da necessidade da indústria petroquímica baiana importar nafta, a ampliação da Companhia Petroquímica do Nordeste S.A. (COPENE), a instalação da Monsanto, que fabrica matérias-primas para produção de herbicidas, e a ampliação da petroquímica em geral.

O segundo momento começa a partir de 1996 e concerne aos bens leves de consumo, como as indústrias calçadistas, têxtil, confecções, alimentos e bebidas. Esses investimentos proporcionaram certa desconcentração espacial e são intensivos em mão-de-obra.

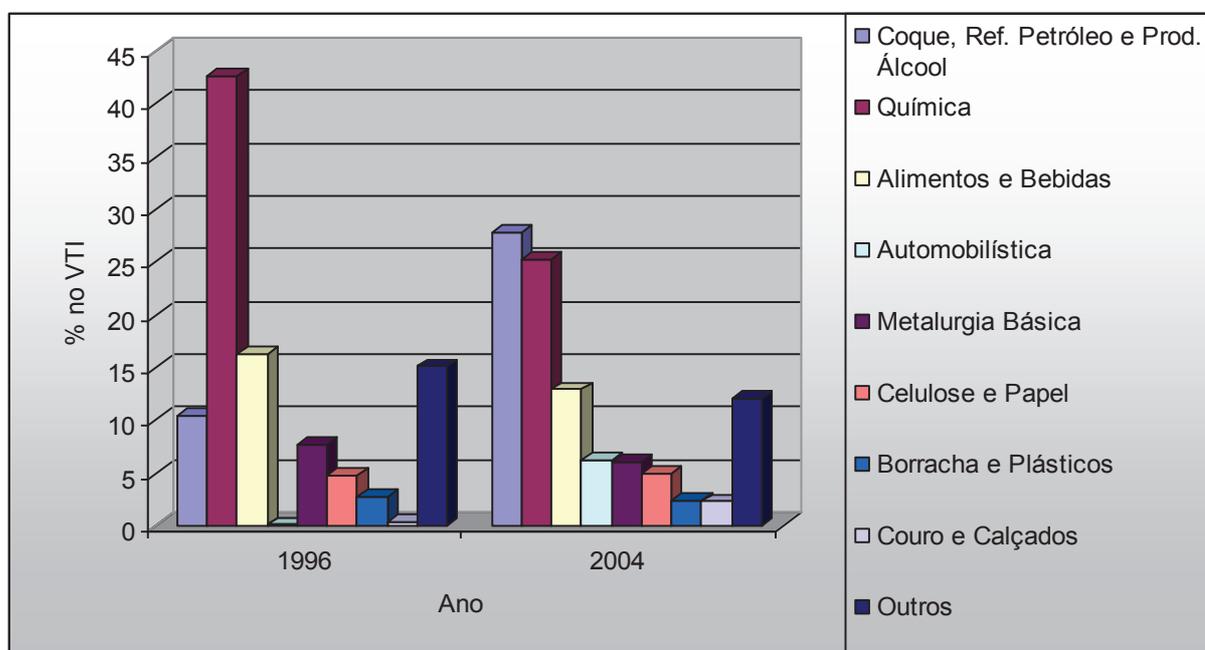
O terceiro momento se caracteriza por investimentos que proporcionaram um adensamento das indústrias petroquímica e eletrônica (fabricação de produtos de informática no Distrito Industrial de Ilhéus) que trouxeram a indústria automotiva para a Bahia. Estes investimentos reduziram a dependência em relação ao Sudeste, fortaleceram as relações intersetoriais, geraram uma nova fonte de dinamismo, além de suscitar uma diversificação produtiva, especialmente o empreendimento da FORD. Tal diversificação pode ser observada na Tabela 9, nas atividades automobilísticas, de couro e calçados (MENEZES, 2001).

Tabela 9  
Participação de Segmentos Seleccionados no VTI da Bahia 1996 e 2004

Atividade	1996	2004
Coque, Ref. Petróleo e Prod. Álcool	10,4	27,8
Química	42,6	25,3
Alimentos e Bebidas	16,2	12,9
Automobilística	0,1	6,2
Metalurgia Básica	7,7	6,1
Celulose e Papel	4,7	4,9
Borracha e Plásticos	2,8	2,4
Couro e Calçados	0,4	2,3
Outros	15,1	12,1

Fonte: FIEB, 2005

Figura 9 – Gráfico da participação de segmentos seleccionados no VTI da Bahia 1996 e 2004



Fonte: Elaboração própria com dados da FIEB, 2005

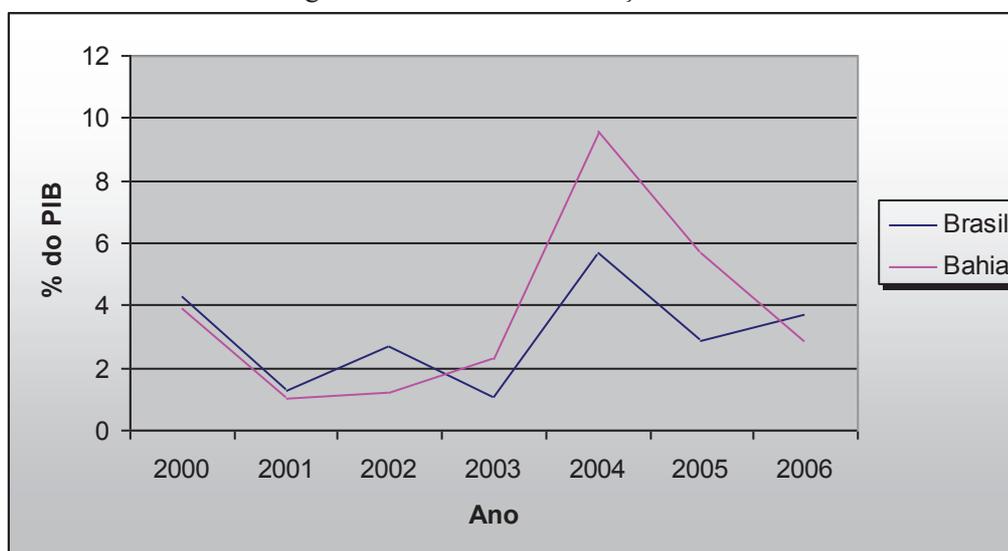
Os impactos positivos, provocados pelos três momentos dos investimentos, acima descritos, sobre o valor transformação industrial e o PIB da Bahia começam a ser claramente percebidos a partir de 2004. A participação da Bahia no VTI do Brasil, que era de 2,7% em 1996, sobe para 4,2% em 2006 (FIEB, 2006). Já o PIB estadual se expande bem mais que o nacional, particularmente nos anos de 2004 e 2005. Ver Tabela 10. Essa forte expansão do PIB baiano é explicada pelo desempenho da indústria de transformação, em virtude do seu peso na estrutura desse indicador. Ver Tabela 11.

Tabela 10 - Evolução do PIB

Ano	Brasil	Bahia
2000	4,3	3,9
2001	1,3	1,0
2002	2,7	1,2
2003	1,1	2,3
2004	5,7	9,6
2005	2,9	5,7
2006	3,7	2,8

Fonte: SEI, 2006

Figura 10 – Gráfico da evolução do PIB



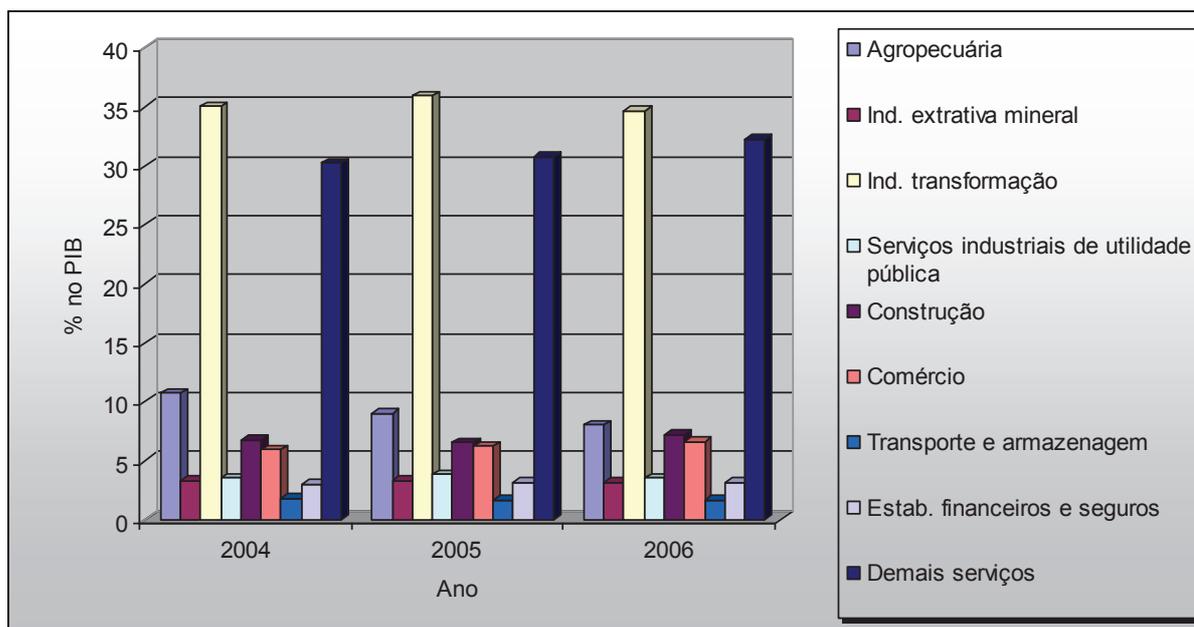
Fonte: Elaboração própria com dados da SEI, 2006

Tabela 11  
Estrutura do PIB da Bahia – 2004-2006

Setores/Atividades	Ano		
	2004	2005	2006
Agropecuária	10,7	9,0	8,0
Ind. extrativa mineral	3,3	3,3	3,1
Ind. transformação	35,0	35,9	34,6
Serviços industriais de utilidade pública	3,5	3,8	3,5
Construção	6,7	6,5	7,2
Comércio	5,9	6,2	6,6
Transporte e armazenagem	1,8	1,6	1,6
Estab. financeiros e seguros	3,0	3,1	3,1
Demais serviços	30,2	30,7	32,2
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE, 2008

Figura 11 - Gráfico da estrutura do PIB da Bahia



Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE, 2008

Focando os segmentos da indústria de transformação voltados para a produção de bens finais, ganham destaque os de calçados, têxteis e veículos automotores. Este último ilustra a mudança na configuração do parque industrial baiano, tradicionalmente pautado na produção de bens intermediários.

### 3.3 SEGMENTOS SELECIONADOS

#### 3.3.1 Calçados

Concentrada em Salvador até o início da década de 1980 a indústria calçadista caracterizava-se pela produção em pequena escala (a Mirka, empresa especializada na fabricação de calçados militares), artesanal e de origem familiar. Porém, impactavam pouco na economia local, gerando poucos efeitos diretos na economia.

A década de 1990 foi o período de algumas transformações no setor de calçados na Bahia, principalmente com a chegada de indústrias de calçados do Rio Grande do Sul e São Paulo (dois maiores pólos produtores do Brasil), motivados pela concorrência internacional e pela busca de baixos custos de produção, conforme apresenta o estudo da Superintendência de Planejamento Estratégico (SEPLANTEC, 2000). O objetivo era ganhar mais competitividade tanto no mercado externo e interno.

Com essas mudanças a Bahia passa a ser um importante pólo para a realocação das empresas calçadistas, em função de sua estratégia agressiva fundamentada em incentivos fiscais. Com isso, diversas empresas de grande e médio porte de acordo com a SEPLANTEC (2000) foram atraídas, empresas com marcas já consolidadas e dirigidas ao mercado externo.

Entretanto, dados da Seplantec indicam que essas empresas estão voltadas ao mercado interno que se localiza na Região Centro-Sul, mais especificamente no Rio Grande do Sul. A concentração no mercado interno se intensificou a partir de 1994, com a valorização do Real diante da moeda estrangeira. Na sua maioria, essas empresas vieram para o Estado para atender, inicialmente, a demanda de empresas específicas (SEPLANTEC, 2000).

No que diz respeito à espacialização dessas empresas, nota-se que ela é baseada na "desconcentração concentrada", ou seja, estão desconcentradas a nível municipal, porém encontram-se na sua maioria concentrada regionalmente (Feira de Santana, Alagoinhas, Cruz das Almas, Itabuna, Vitória da Conquista, Ilhéus e Itapetinga.). Essa localização relativamente dispersa das empresas tem como principal vantagem a menor pressão exercida pelas organizações sindicais, porém, perde as vantagens da formação de um aglomerado.

O que se observa é a inexistência de perspectivas de fechamento de fábricas no Sul do País para transferência total para a Bahia. Dessa forma, as vantagens da formação de um aglomerado na Bahia (garantia às empresas de uma maior competitividade) de certa forma já seriam compensadas pela existência de um aglomerado no Sul do País, onde estão localizadas as matrizes dessas empresas. Isto sugere que, por razões estratégicas, os empresários não pretenderam a formação desse tipo de aglomerado no Estado baiano.

Na Bahia há empresas com os mais variados perfis, não havendo uma especialização ou mesmo um subsegmento que se destaque. Essa diversificação da produção é, até certo ponto, natural em um "pólo" que ainda se encontra em estágio inicial de formação. Além disso, esta diversificação é fundamental para dar encadeamento ao setor, assim como para o preenchimento dos demais elos que possam completar a cadeia produtiva, tanto a montante quanto a jusante do processo industrial.

Apesar de pertencerem a outros segmentos industriais, as indústrias petroquímicas, têxteis e metalúrgicas estão presentes nos elos da cadeia produtiva de calçados baianos, suprindo às demandas do setor calçadista na etapa a montante do processo industrial (SEPLANTEC, 2000). Mas o que se observa é que as empresas transformadoras de resinas que vêm se instalando na Bahia não adquirem seus insumos no Estado, e sim, na maioria dos casos, importam as matérias-primas do exterior ou as adquirem do Centro-Sul do País.

A agressividade dos concorrentes do Centro-Sul do País e do exterior, ofertando preços mais competitivos; o gap (lacuna) existente entre matéria-prima local e sua aplicabilidade nos equipamentos adotados no processo de produção calçadista e baixo volume de produção de fabricantes de insumos, influenciam na ausência de integração com a cadeia produtiva de calçados na Bahia e emperram as transações com as empresas do pólo petroquímico, em função de não exigirem grandes pedidos.

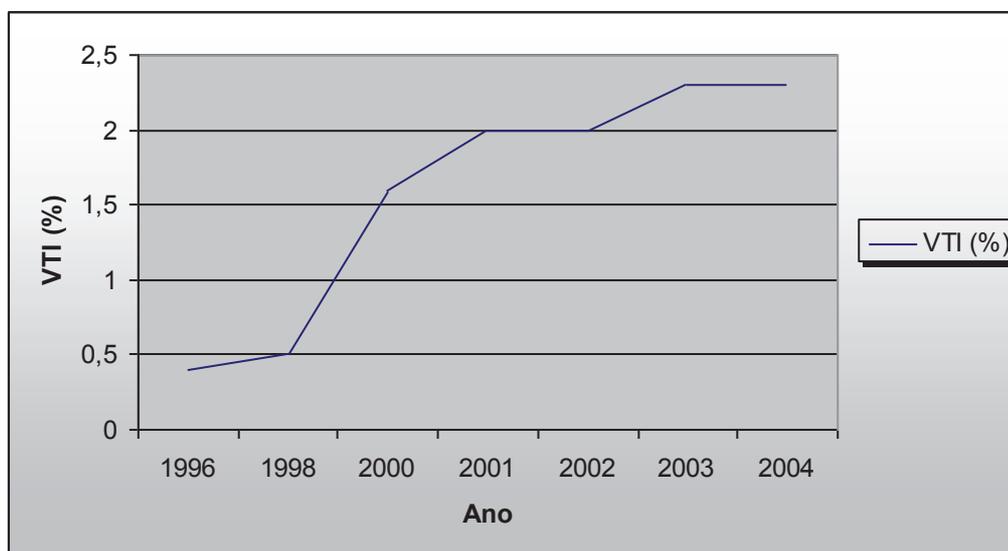
Entretanto, o setor de calçados traz consigo uma externalidade positiva no sentido de empregabilidade e renda, exercendo efeitos de grande magnitude sobre as condições socioeconômicas das regiões onde são instaladas (SEPLANTEC, 2000). E não obstante, é relevante também destacar a importância desse complexo industrial para o fortalecimento da produção de bens finais no Estado.

Tabela 12  
Desempenho do Setor de Calçados 1996-2004

Anos	VII (%)
1996	0,4
1998	0,5
2000	1,6
2001	2,0
2002	2,0
2003	2,3
2004	2,3

Fonte: FIEB, 2005

Figura 12 – Gráfico do desempenho do segmento de Calçados 1996-2004



Fonte: Elaboração própria com dados da FIEB, 2005

No que tange ao seu desempenho nos últimos anos, em termos de VTI, podemos destacar na tabela 12, o aumento da participação do setor de 0,4% em 1998 para 2,3% em 2004. Resultado pouco expressivo comparado aos setores de coque, refino de petróleo e produção de álcool, além do setor químico que juntos representaram 53,1% do valor de transformação industrial no ano de 2004. Comprovando assim a pouca vocação do Estado para a produção de bens finais (FIEB, 2005).

Porém em termos de pessoal ocupado total, temos a atividade de calçados entre as que mais empregam com 15,8%, ficando apenas atrás do setor de alimentos e bebidas com 17,9%, em 2004. Mostrando assim o potencial do segmento de bens saláris. (FIEB, 2005).

### 3.3.2 Têxtil / Confeções

Viana e outros (2008) em seu artigo “A indústria Têxtil na Região Nordeste: Gargalos, Potencialidades e Desafios” estabelece uma análise sobre o setor da indústria têxtil na Região Nordeste, caracterizando e apresentando os aspectos produtivos e mercadológicos, bem como fatores restritivos e as potencialidades do setor para o desenvolvimento regional. Estes aspectos serão tratados ao longo dessa seção.

Os autores explicam que é preciso desenvolver ações voltadas para integração e adensamento da cadeia produtiva através da interface com a indústria de confecções, infraestrutura e modernização tecnológica.

A indústria têxtil interage com diversos elementos da cadeia produtiva a exemplo da cotonicultura, máquinas, petroquímica e de confecções, expressas a partir de quatro etapas de atuação: fiação, tecelagem, malharia e acabamento.

No Brasil o Estado de São Paulo é o maior produtor de têxteis, verificados em todos os segmentos da cadeia, desde a fiação até as confecções. Internacionalmente, segundo (FARIA, 2005) o Brasil é o quinto maior produtor têxtil do mundo, é auto-suficiente na produção de algodão, o segundo em produção de índigo; o terceiro em produção de malha; o quinto em confecção; o sétimo em fios e filamentos e o oitavo em produção de tecidos. No Nordeste, a Bahia é o segundo maior produtor, atrás do Ceará.

De outro modo, Webber Stelling e Fernando Pedrão (2003) no artigo, “A indústria têxtil na Bahia – o apogeu no Século XIX e tendências atuais”, têm por objetivo apresentar uma abordagem histórica sobre a indústria têxtil na Bahia, a relevância da mesma para a economia do Estado no Século XIX e discutir os motivos que levaram à decadência no Século XX, além de verificar as possibilidades de retomada do setor, como forma de dinamizar a economia estadual. Os autores salientam a dificuldade de realizar estudos sobre o tema, pois as fontes são escassas resumidas em jornais, arquivos de fábricas e órgãos públicos. Neste estudo se apresentam a mesma dificuldade de literatura.

No processo de industrialização de um país ou região, a indústria têxtil é sempre destaque. Na Bahia foi de suma importância para o desenvolvimento econômico do Estado. Este foi o segmento mais importante da indústria baiana no período de 1830 a 1950. A Companhia Empório Industrial do Norte, fundada em 1891 representou o apogeu do setor têxtil baiano que, a partir de 1950 entrou em crise, fechando em 1973. De acordo com Stelling e Pedrão (2003) o estudo do comportamento da companhia e do setor têxtil faz compreender como os fatores internos e externos contribuíram para o desenvolvimento da indústria têxtil nos Séculos XIX ao XX.

Ao tentarem compreender os impactos externos, fazem uma breve análise dos ciclos econômicos de média e longa duração na economia brasileira e principalmente na economia baiana. Estes destacam as atividades primárias voltadas para o mercado externo – culturas de cana-de-açúcar, fumo, algodão, cacau e café, nas quais foram a base da economia até o Século XIX. A fragilidade dessas economias era evidente, pois estavam suscetíveis as variáveis exógenas, que depreciavam os produtos “únicos” de exportação.

As crises econômicas, a exemplo da decadência da economia açucareira, do enfraquecimento do setor agroexportador, advindas dos efeitos de tais variáveis, e da exaustão das minas de ouro, culminaram numa recessão, incapaz de financiar o processo de industrialização no Brasil.

Além desses entraves, as constantes pressões dos ingleses e portugueses, exigiam do Brasil uma postura repressora, que originou diversos decretos proibindo a fabricação de tecidos de algodão na colônia. Spelling e Pedrão (2003) afirmam que foram estes decretos, alicerçado pela própria estrutura social, os responsáveis pelo anacronismo da industrialização brasileira.

Apesar da revogação de tais decretos a partir das mudanças ocorridas com a chegada da família real em 1808, o Brasil teve que ceder novamente às pressões inglesas com o Tratado de 1810, que conferiu inúmeros privilégios aos mesmos. Este foi um marco para o declínio do processo de industrialização no Brasil. A industrialização ocorreu tardiamente no País.

A forte concorrência de preços praticados pelos Ingleses no início do Século XIX, em função do advento de novas tecnologias, foi um dos obstáculos para a manutenção do artesanato têxtil. Do mesmo modo, que os demais produtos – açúcar, fumo e algodão reduziram em 40% seus preços para exportação, decorrente da concorrência com outros países, gerando perda de produtividade e provocando déficit na balança comercial brasileira. (SPELLING ; PEDRÃO 2003).

Mesmo com a criação de medidas protecionistas, a exemplo do aumento da alíquota de importação, a crise no setor agroexportador só veio a ser recuperada com a ascensão do café. A acumulação de capitais oriunda da produção de café deu origem a um novo ciclo de industrialização mais duradouro a partir de 1840. Este período é considerado o marco do processo de industrialização brasileira.

As primeiras fábricas no Brasil datam do início do Século XIX, entre 1822 e 1841, somavam-se 14, a maioria vinculada à produção têxtil. Na Bahia os relatos orientam para o surgimento da indústria têxtil na década de 1830.

A proximidade com a mão-de-obra, energia e da infraestrutura instalada, fez que as primeiras indústrias têxteis se localizassem nas cidades. A produção inicial era voltada para embalagens de produtos para exportação e para os escravos. Os altos preços dos tecidos finos determinaram a produção embasada em tecidos mais grosseiros. Este período entendido como um processo primitivo da indústria têxtil foi estimulado através de descontos na tributação de produtos exportados em sacos de fabricação nacional. (SPELLING ; PEDRÃO 2003).

A fábrica “Todos os Santos” em Valença, criada aproximadamente em 1844 e considerada a maior e mais importante fábrica de tecidos do século XIX, que de acordo com Almeida (1952) era tida como a melhor do Império e, pressupõe-se, também da América do Sul. (SPELLING ; PEDRÃO 2003).

A grandiosidade, com mais de 300 operários, se remete também aos avanços tecnológicos praticados pela Fábrica de Tecidos Todos os Santos. Esta foi a primeira indústria brasileira a usar a energia hidráulica em seu processo de produção, que gerava 4.000 varas de tecidos por dia.

Alguns fatores internos e externos ocasionaram alta ociosidade durante 30 anos, sendo estes a falta de abastecimento de matérias-primas e da distribuição de seus produtos no mercado. Em 1887 foi adquirida pela “Valença Industrial”, o que facilitou a escoação de seus produtos em função da utilização de um complexo sistema de comportas que transpunha o Rio Una. (SPELLING ; PEDRÃO 2003).

Outra fábrica existente citada pelo Presidente da Província é a “São Carlos do Paraguassú”, que foi criada em 1858.

A partir de 1840 ocorreu a recuperação da economia baiana e o surgimento da Associação Comercial e da Companhia para Introdução e Fundação de Fábricas Úteis na Bahia. Da mesma forma, outras fábricas de papel e tecidos e o surgimento de novos engenhos dinamizaram a economia regional. Ampliada pela descoberta de jazidas de diamante na

Chapada Diamantina, em 1845 foi fundado o Banco Comercial da Bahia. (SPELLING ; PEDRÃO 2003).

Este novo ciclo sofre impacto negativo de diversos fatores internos e externos: concorrência externa e entre províncias, altos impostos, custos elevados de matéria-prima, dependência externa para aquisição de maquinário, combustíveis e outros insumos e instabilidade das políticas alfandegárias. (SPELLING ; PEDRÃO 2003).

Em 1846, as fábricas de tecidos de Valença e os engenhos da Conceição e Queimado apresentam dificuldades. As fragilidades internas se evidenciavam a cada aporte tecnológico do sistema de transporte, que reduzia os custos de importação e aumentava a concorrência dos produtos estrangeiros. Para conter tal crise reivindicavam a criação de impostos alfandegários interprovinciais e barreiras comerciais com demais países. Nesse mesmo período, os acordos comerciais estabelecidos principalmente com a Inglaterra foram extintos. As oscilações das tarifas alfandegárias não atendiam as expectativas dos setores industrialistas, pois não conseguia proteger os interesses nacionais. (SPELLING ; PEDRÃO 2003).

O poder público no Século XIX tinha como principal fonte de receitas a cobrança de tarifas sobre produtos importados. Para cobrir os custos da manutenção de políticas de defesa do setor agrário e a sociedade como um todo, o Estado aumentava as tarifas alfandegárias como forma de compensar os subsídios oferecidos e a acumulação de estoques.

A política alfandegária tinha por um lado uma tarifa alfandegária menor sobre o setor agrário e uma tarifa maior na importação de máquinas, equipamentos e insumos em geral pela indústria. A falta de coesão entre os industriários também ocasionou problemas.

Em 1873 surge mais uma industrial têxtil na Bahia a “Fábrica Nossa Senhora do Pilar” e a “Bonfim” ou “Progresso”, ambas com os mesmos sócios fundadores. Em 1870 e 1875 passam a existir mais quatro novas fábricas, um “boom” do setor têxtil baiano, e mais tarde em 1890, a criação da “Companhia Fabril dos Fiaes”. Após 1887 ocorreu o processo de concentração dessas empresas, com aparecimento de fusões e incorporações. (SPELLING ; PEDRÃO 2003).

Resistente às crises a Valença Têxtil, a mais antiga fábrica têxtil brasileira, funciona até os dias atuais. Sua contribuição para o desenvolvimento local se deu a partir do abastecimento elétrico da cidade, por suas turbinas geradoras de energia e a influência na criação da Usina Hidrelétrica do Candengo, em 1922.

As fábricas existentes até então, pertencentes à Velha Indústria Têxtil baiana eram de pequeno porte se comparadas às indústrias da Europa e América do Norte. Entretanto, representavam a grande indústria nacional do Século XIX e na Bahia até os meados do Século XX.

O principal insumo utilizado como matéria-prima para a produção de tecido era originário da própria região. Posteriormente a 1876, outros estados passaram a produzir competindo com o produto local. Um dos principais fatores era a dificuldade de transporte para o escoamento da produção. Mesmo assim, estima-se que a produção baiana equivalia a um terço da produção nacional. O que justificaria o número de fábricas na Bahia, conforme explica Furtado (1972). Ver Tabela 13.

O cacau e o fumo foram os dois produtos que substituíram a economia açucareira a partir da segunda metade do Século XIX. No entanto não foi suficiente para garantir a hegemonia da agricultura baiana. Nesse período o centro da economia nacional fora deslocado para a região Sudeste.

Dois eventos isolados influenciaram indiretamente a produção têxtil baiana: a crise financeira motivada pela Guerra do Paraguai, que obrigou a elevar as tarifas alfandegárias de modo generalizado, além da Guerra Civil Americana, que paralisou a produção de algodão nos estados sulistas americanos e incentivou a produção brasileira.

Entretanto, esses eventos não foram suficientes para garantir o crescimento da economia local. A Bahia não tinha condições ambientais para aderir à produção de café, a agricultura mais proeminente no Brasil e assim, vai perdendo força na sua economia. No setor têxtil ao longo do tempo vem perdendo espaço para outros estados.

Tabela 13

-Distribuição geográfica das fábricas brasileiras de tecidos nos períodos 1866, 1875, 1885

Província	1866	1875	1885
Maranhão		1	1
Pernambuco		1	1
Alagoas	1	1	1
Bahia	5	11	12
Rio (estado e D.F)	2	5	11
São Paulo		6	9
Minas Gerais	1	5	13
<b>Totais</b>	<b>9</b>	<b>30</b>	<b>48</b>

Fonte: Furtado, 1972.

O crescimento do consumo e da economia de café criou mercados regionais, originando demanda para a produção de fazendas grosseiras para o ensacamento do café e para as roupas de escravos e trabalhadores livres. Essa retomada da economia ratificou a visão da Bahia como destino agrário do Brasil, fortalecida pelas idéias conservadoras do setor primário e importação de manufaturados, alicerçadas pelas reformas tarifárias no Brasil da economia cafeeira, freando as idéias do capitalismo industrial no Brasil. O capitalismo industrial no Brasil ocorreu tardiamente, comparado com os países da Europa, Estados Unidos e Japão, que utilizaram de políticas de incentivo à indústria (SPELLING ; PEDRÃO 2003).

Com a finalidade de conquistar o apoio do setor industrial foi elaborada uma reforma por Rui Barbosa, a fim de oferecer alguns benefícios indiretos:

- a) entrada livre para produtos químicos destinados a adubos ou corretivos para culturas agrícolas ligadas à indústria;
- b) isenção e/ou redução de tarifas para importação de máquinas, ferramentas e outros bens de capital;
- c) diminuição de taxas sobre importação de matérias-primas para a indústria nacional, em paralelo a um acréscimo dos direitos sobre manufaturados que já fossem produzidos internamente.

Stelling e Pedrão (2003) explicam que apesar das oscilações dos ciclos econômicos, no final do Século XIX a Bahia ainda se destacava quanto a sua economia industrial no cenário nacional com 123 fábricas, dentre estas fábricas de tecidos modernizadas e ampliadas, e pelas fábricas de charutos no Recôncavo. Agregadas a isso, tem-se o surgimento de novas vias de transporte, interligando o Paraguaçu e São Francisco à capital.

A decadência da economia da cana-de-açúcar e do algodão anuncia o declínio da economia no século seguinte. A defesa à Monarquia e, o uso do trabalho escravo, contraditório com a Abolição da Escravatura culminou no enfraquecimento político da Bahia.

A crise em que se encontrava o Brasil, os estoques insuficientes de divisas para as necessidades de importação e para o pagamento do serviço da dívida externa e o cumprimento ao “Funding-Loan”, originou diversas falências, abrangendo 17 bancos.

Como ação utilizada para solucionar o problema, a emissão de moeda pelos bancos, como forma de expandir monetariamente, conhecido como “Encilhamento” gerou um surto inflacionário jamais visto na história do Brasil até o momento. Com a finalidade de aquecer a economia, essas emissões originaram também atividades puramente especulativas, com surgimento de diversas empresas. Na Bahia foram 32 novas companhias criadas entre 1890 e 1891.

Do final do Século XIX e início da década de 1930 a indústria têxtil baiana atinge o seu auge, com a Companhia União Fabril da Bahia, com 805 empregados e a Companhia Progresso Industrial da Bahia, com 500 empregados. Nesse período ocorrem investimentos estrangeiros, oriundos dos ingleses nas fábricas baianas.

Além da criação da fábrica Empório Industrial do Norte por ricos comerciantes, a exemplo de Luiz Tarquínio, com visão de negócio, ratificadas no planejamento da fábrica e pelo sucesso do empreendimento, com 20% do capital aplicado no setor, destacando-se entre as 11 maiores fábricas do Brasil e a terça parte de mão-de-obra, com 697 operários.

Desta fábrica foram criadas casas na Vila Operária para os funcionários, com escolas para os filhos, com aulas noturnas para os adultos, serviços médicos e farmacêuticos gratuitos, abastecimento de água, coleta de esgotos, armazéns e creche. Todo esse suporte oferecido aos funcionários gerou desconfianças sobre iniciativas socialistas, esclarecidas pelo Luiz Tarquínio, como estratégia de maior eficiência no trabalho, pela proximidade com o mesmo.

Apesar das inúmeras negativas sobre sua visão socialista, criou no interior de sua fábrica um pequeno jornal “O Operário”, a fim de imbuir no operário o valor do trabalho, disciplina consciente, a poupança, a moralização dos costumes, concepções que julgara importante para

a formação de uma sociedade industrial. Inúmeros elogios foram dados ao empenho dos operários baianos pelos empresários. A empresa foi fechada em 1973.

Destaca-se ainda, a criação da Companhia Valença Industrial (CVI), fundada em 1899, legatária da “Empresa Valença Industrial”, e que atua até hoje no mercado nacional de tecidos de algodão (Brim).

A análise dos ciclos produtivos apresentados por Furtado (1972) evidenciou a importância do setor agroindustrial para a Bahia, ao relatar que a Bahia representava 80% do comércio entre a colônia e a metrópole no início do Século XIX e teve seu declínio ao longo do Século XX com o avanço da monocultura do café e o deslocamento do centro da economia para o Vale do Paraíba. Os investimentos que originaram as primeiras indústrias têxteis vieram dos capitais acumulados da lavoura canavieira e da mineração. Posteriormente, foram desencadeados pelo capital comercial.

Outra característica importante a ser analisada por este setor da economia, é que o processo de industrialização se deu a partir da concentração espacial, em função da necessidade de localização equidistante aos grandes centros urbanos, em função de carências de acessibilidade. Segundo Stelling e Pedrão (2003, p.17) “a Bahia até hoje ainda sofre os efeitos dessa concentração de atividades econômicas na capital e no Recôncavo, agravada pela escassez de alternativas para o desenvolvimento do semi-árido”.

Stelling e Pedrão (2003) fazem uma severa crítica do processo de desenvolvimento da agricultura baiana, não sustentável, bem como, pela especulação comercial e concentração de renda numa elite agro-exportadora do ciclo do cacau.

Os autores acreditam que o desenvolvimento econômico e social da Bahia deve perpassar os investimentos na indústria têxtil, com estímulo à criação de fiações e tecelagens de pequeno e médio porte, orientadas para o mercado interno. Segundo dados da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB, 2005) existem 83 empresas envolvidas na cadeia produtiva têxtil no Estado. Dentre elas seis são beneficiadoras de algodão, 14 beneficiadoras de outras fibras têxteis naturais, treze fiações (trabalhando com algodão, outras fibras têxteis naturais e fibras artificiais ou sintéticas), uma fábrica de linhas e fios, dez tecelagens, uma indústria

especializada no acabamento de fios, tecidos e artigos têxteis e 38 confecções, indústrias de vestuário e similares, em sua maioria micro e pequenas empresas.

A maior empresa de tecelagem em funcionamento no Estado, a Valença Têxtil, conta com 60 modernos teares a jato de ar e capacidade de produção de 1.300.000 metros/mês de brim 100% algodão. Investiu mais de 20 milhões em processo de modernização e pretende investir mais 25 milhões em produção de peças de vestuário em nova planta.

Outro investimento previsto no setor sinalizado pelos autores é de um grupo paulista Quatro K, atualmente instalado no município de Barreiras, com investimento de 20 milhões, 50% destes financiados pelo BNDES. O principal condicionante para a escolha do Estado para instalação da empresa na Bahia foi o fato da Bahia ser o segundo maior produtor de algodão em pluma, ter previsão de crescimento da safra, além de Barreiras ter recebido muitos imigrantes do sul do Brasil nas últimas décadas. O avanço das pesquisas e estudos realizados pela EMBRAPA e EBDA com disseminação de tecnologia de ponta, controle fitossanitário e condições favoráveis elevaram o nível de produtividade média para 200 arrobas por hectare. Este valor é o dobro da média nacional.

Corroboradas pelas vantagens comparativas apresentadas e da qualidade do algodão com fibra longa e maior resistência se comparado com o produto da Região Sul, a fábrica em sua operação máxima utiliza 60% do consumo da planta.

A fábrica utiliza também fios cardados, penteados e do tipo open end – tecnologia que diminui o tempo e etapas de produção, voltados para tecidos planos ou malhas, orientados para o vestuário em geral, além de aplicação para uso técnico dentre outras.

Existe ainda uma previsão de 23 novas empresas voltadas para produção de bens finais, a serem instaladas em Salvador, com investimentos na ordem de seis milhões de reais. A pretensão é criar em Salvador um pólo exportador, alinhado com as tendências do mercado externo, que valoriza o produto com base em fibras naturais.

Salta aos olhos que o Brasil tem uma tradição na indústria têxtil, ainda que o estudo de Pedrão e Stelling (2003) aponte o Brasil como a sétima posição no ranking mundial de

produtores de malhas no início do Século XXI. Entretanto, não está voltada ao mercado externo.

Viana e outros (2008) explicam com base em Freire (2000) que a Vantagem Competitiva na indústria está relacionada aos fatores estruturantes que estão sob a área de influência da empresa e que determinam o ambiente competitivo, a exemplo do desempenho e capacitação, estrutura patrimonial e produtiva, articulação na cadeia produtiva etc., representados na figura 13.

Figura 13: Fatores Explicativos da Competitividade da Indústria Nordestina



Fonte: Freire, 2000

O algodão entra na cadeia produtiva do setor têxtil em sua etapa final, quando em fiações para o algodão pluma. As fiações são a ligação primária da cadeia têxtil, pois utiliza a mesma tanto como insumos básicos as fibras naturais do algodão, como as fibras sintéticas, originadas da indústria química. Além destas existem as fibras manufaturadas, advindas da cadeia petroquímica ou da celulose, denominadas fibras químicas, mais resistentes aos atritos e tensões, ampliando a produtividade dos teares.

As fibras em flocos, ao entrarem na primeira etapa do processo têxtil, a fiação, são transformadas em têxteis lineares denominados fios, pela descompactação, limpeza e paralelização das fibras, seguidas de torção. No processo open end, após a paralelização obtém-se a coesão das fibras pelo entrelaçamento de algumas em torno do conjunto das demais. As fibras em filamentos contínuos, por já se constituírem de têxteis lineares, podem ser fornecidas diretamente às tecelagens ou malharias, que transformam têxteis lineares em têxteis de superfície: os tecidos planos ou malha. (PANORAMA..., 1999, p.17).

Após todo esse processo ocorre a etapa de beneficiamento, com a retirada de impurezas (ceras, graxas naturais, gomas, resíduos de lubrificantes, coloração natural). De acordo com o Panorama... (1999) o segmento de fiação é que determina a ampla integração vertical com as demais etapas do processo produtivo, especialmente as tecelagens, 78% destas são integradas com as fiações. No segmento da tecelagem a integração se dá em menor escala com as grandes empresas do setor, principalmente as produtoras de roupa branca(cama, mesa e banho) e tecidos de algodão, como denim e brins. Outro segmento com razoável verticalização é o de malharia, com 58% integradas à confecção.

Com base na variável Valor de Transformação Industrial (VTI), determinada pela diferença entre o Valor Bruto da Produção Industrial - VBPI e o Custo das Operações Industriais – COI, na tabela abaixo é apresentada a série histórica sobre a relação dos produtos têxteis e a evolução dos estados nordestinos, descritos em R\$ 1 mil.

Tabela 14  
VTI dos estados nordestinos referente à produção de artigos têxteis (exceto vestuário)

Estados	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Ceará	400.271	634.165	532.635	598.377	467.425	471.818
Bahia	254.655	296.453	252.965	345.706	260.150	282.513
Paraíba	322.082	277.813	289.819	310.564	320.529	201.727
Rio Grande do Norte	109.767	114.603	217.712	241.985	305.682	225.591
Sergipe	88.282	115.121	141.122	174.406	143.705	171.058
Pernambuco	106.439	118.623	107.002	113.432	114.286	195.610
Alagoas	27.232	25.005	27.469	28.138	27.969	32.666
Maranhão	6.499	6.941	6.718	6.674	7.211	6.466
Piauí	2.292	1.408	1.475	4.149	4.789	5.560

Fonte: IBGE, 2008

Os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) sobre o número de empregados do setor têxtil no Nordeste em 2005 é apresentado na tabela a seguir. Comparativamente, a Bahia oferece menor quantidade de postos de trabalho em relação aos demais estados excetuando-se Ceará. Pode-se pressupor que a indústria baiana seja mais automatizada que as demais, ou que se utilize em alguma etapa de sua cadeia produtiva de insumos de outras regiões.

Tabela .15

Números de vínculos empregatícios na fabricação de produtos têxteis em 2005 (grupo 17 da CNAE1)

UF	Vínculos empregatícios
Ceará	16.419
Rio Grande do Norte	9.961
Paraíba	8.926
Bahia	8.071
Pernambuco	5.219
Sergipe	4.410
Maranhão	338
Piauí	149
Alagoas	1.125
Região Nordeste	54.718

Fonte: FARIA, 2005

Para Viana e outros (2008) a Bahia apresenta uma situação peculiar, pois não possui verticalização de suas empresas e tem um grande potencial de crescimento, corroborando com a visão de Stelling e Pedrão (2003), particularmente a Região Oeste do Estado, representada pelas cidades de Barreiras, Luiz Eduardo Magalhães e o Pólo Petroquímico de Camaçari que ainda não realiza uma produção significativa de fibras têxteis químicas, mas para Viana e outros (2008) a presença de uma indústria têxtil forte poderia alavancar o setor.

A priorização na geração de emprego, diversificação e orientação para o mercado local segundo Diniz e Basques (2004) dificulta a expansão na qualidade dos processos e produtos.

Os grandes atrativos são os baixos salários da mão-de-obra pouco qualificada e os incentivos fiscais, o incremento da qualidade pode representar aumento de salários e de despesas que afetariam seus diferenciais competitivos locais. (VIANA, et al. 2008, p.11).

Dentre os gargalos do setor no Nordeste a serem superados, identificados por Viana e outros (2008) são:

- a) A mudança do Acordo Têxtil e Vestuário (ATV) para as regras gerais da Organização Mundial do Comércio (OMC), acabando com as restrições para importações e exportações que beneficiavam países como o Brasil;
- b) Ampliação da China e Índia no mercado têxtil com a quebra das restrições;
- c) A necessidade do Brasil de buscar acordos de acesso a mercados e de medidas protecionistas em relação à China e Índia;
- d) A falta de articulação entre o setor têxtil e de confecções, em função de vínculos societários com empresas do Sul e Sudeste;

- e) A logística de transporte embasada por modal rodoviário, impactando na competitividade da indústria têxtil;
- f) Alta dependência de incentivos fiscais para a permanência de empresas no Nordeste;
- g) Tendência de maior consumo de produtos derivados de fibras sintéticas, insumos atualmente importados pelo Nordeste;
- h) A baixa competitividade nos segmentos derivados de fibras sintéticas;
- i) O alto custo de transporte para aquisição de insumos e distribuição do produto final e;
- j) Uso de tecnologia defasada;

De acordo com o BNB (2006, p.329) “a cadeia têxtil possui três fragilidades fundamentais que são a gestão e a qualificação de mão-de-obra, a obtenção de matéria-prima e a necessidade de constante renovação da tecnologia utilizada”.

As potencialidades do setor estão concentradas nas mudanças no sistema de transporte com o advento da Ferrovia Transnordestina, aplicado para a Região Centro-Oeste do Nordeste. Outra oportunidade pode ser explorada no mercado internacional a partir de fabricados à base de algodão, que são as malharias os jeans sem etiqueta (calças e bermudas), vendidos a grandes magazines do exterior (BNB, 2006).

Ainda como fragilidades encontradas no setor, segundo Prochnik (2002) as empresas produtoras de fibras e filamentos artificiais e sintéticos, apresentam pouco elo em sua cadeia baseada em um pequeno grupo de produtores, com escala circunscrita e subordinada ao suprimento da indústria petroquímica, fator que tem minado a competitividade brasileira dos produtos resultantes desses insumos (fios, tecidos, malhas e confecções, restringindo o acesso à matéria-prima).

O mercado de fibras químicas mundial duplicou, enquanto o Brasil não alterou a sua produção nos últimos 20 anos.

Segundo Viana e outros (2008) a tendência do mercado global referente à indústria têxtil é a valorização das especificações técnicas, financiamentos, qualidade e rapidez na entrega. Além de depender das oscilações do segmento da moda.

Os principais fatores de competitividade no setor têxtil são a incidência dos custos de produção, a exemplo de energia elétrica; a instabilidade política que afeta o clima de negócios, segurança de funcionários, segurança de produção e dos embarques e dos sistemas legal e regulatório; e a infra-estrutura, abrangendo redes integradas de ferrovias e rodovias, portos e aeroportos de carga, custos de transporte, proximidade dos mercados, acesso às fontes de energia (inclusive alternativas) e telecomunicações.

Viana e outros (2008) descrevem alguns aspectos negativos pertencentes à indústria têxtil brasileira e nordestina, que podem criar obstáculos para uma melhor atuação do setor, dentre os quais se destacam:

- a) Alta dependência de incentivos fiscais para permanência das grandes empresas na Região Nordeste;
- b) Alto custo de transporte para aquisição de insumos e distribuição do produto final para as empresas nordestinas;
- c) Cenário atual do câmbio, com a valorização do real em relação ao dólar, dificultando a performance das empresas exportadoras e ocasionando diminuição de postos de trabalho e, em alguns casos, fechamento de empresas;
- d) Forte concorrência da China, dificultando a manutenção da competitividade dos produtos brasileiros, especialmente os de menor preço;
- e) Dificuldade das empresas brasileiras em fixar marca própria no mercado internacional, o que possibilitaria um melhor posicionamento competitivo;
- f) Tendência de aumento do consumo de produtos têxteis sintéticos;
- g) Tendência de maior preocupação em relação à legislação ambiental, principalmente junto às lavanderias (acabamento têxtil).

Os desafios para superação desses pontos negativos e a ampliação dos aspectos positivos no setor têxtil são:

- a) Buscar maior integração ao longo da cadeia produtiva;
- b) Tentar acordos preferenciais de acesso aos mercados dos Estados Unidos e União Européia, desde que em condições vantajosas, no caso desse último;
- c) Aumentar investimentos em desenvolvimento tecnológico, design e marca própria no mercado internacional;

- d) Prover um maior adensamento da cadeia produtiva nos estados nordestinos;
- e) Buscar alternativas para a minimização dos impactos do cenário macroeconômico na competitividade da indústria têxtil brasileira;
- f) Aumentar a competitividade dos produtos têxteis sintéticos.

Por fim, espera-se que esse novo ciclo econômico possa atuar de forma integrada com as demais políticas de desenvolvimento do Estado, bem como, com a modernização do setor e o desenvolvimento regional.

### **3.3.3 Automobilística**

Sento-Sé (2003) aborda os reflexos do investimento da Ford, a partir da decisão de implantar a planta industrial em Camaçari, com votos de revitalização da economia local, haja vista a possibilidade de o seu advento contribuir para adensar e diversificar os complexos industriais aqui instalados, além de estimular novos setores industriais correlacionados com esse tipo de indústria de transformação de bem de consumo. Para o autor, as perspectivas com o advento da Ford na economia baiana podem sugerir uma nova dinâmica industrial nos primeiros anos do século 21, ainda que hajam desafios a ser superados.

Destaca ainda as contribuições do Projeto Amazon, representando uma nova concepção de organização da produção, repercutindo em inovações gerenciais, no padrão de relacionamento entre a montadora e os fornecedores. São aspectos da prática instituída pela Ford, uma nova forma de gestão da cadeia de suprimentos, a redução de estoques e o lead time de fabricação continuada, vantagem competitiva fundamental de disputa no setor.

Para o autor, a Região Metropolitana de Salvador possui um parque produtivo expressivo do ponto de vista econômico e social, visto que, além de reunir serviços diversos, gera empregos e renda para a economia local. Em síntese, as mudanças que vem ocorrendo nos últimos cinquenta anos, possibilitaram avanços na economia baiana, deixando de ser caracterizada essencialmente como agro-exportadora dependente, atrasada e estagnada, passando a ser mais valorizada, sobretudo, devido aos crescentes investimentos industriais no setor. A criação de novas empresas nos segmentos de fundição, estampagem, usinagem, ferramentaria e transformação plástica são exemplos de desenvolvimento do setor, e da diversificação dos segmentos complementares.

Como aporte fundamental da indústria de transformação, o Projeto Amazon da Ford tem se mostrado como uma iniciativa inovadora na área da produção de automóveis, favorecendo a atração e instalação de empresas sistematizadas no entorno da montadora, gerando oportunidades de novos negócios, a serem beneficiadas pelas empresas do complexo metal- mecânico baiano.

Carvalho (2005) comenta sobre os investimentos da Ford e as expectativas de retorno econômico-financeiro. São significativos os investimentos feitos pela Ford no Brasil entre 1995 e 1999, chegando à ordem de aproximadamente US\$ 2,5 bilhões. A expectativa da empresa quanto à produtividade da unidade da Bahia é grande, inclusive considerando o impacto da sua produção a nível nacional. Além de alavancar a sua participação no mercado doméstico do Brasil, a Ford ambiciona o aumento das exportações. Essas questões são aprofundadas nos estudos de Santos e Spinola (2006) e Franco (2009).

Em seu artigo Projeto Ford Amazon, Santos e Spinola (2006) analisam a contribuição do Projeto Amazon Ford, para o desenvolvimento do Estado da Bahia. Discutem a questão da renúncia fiscal dos Municípios, Estado e União, o quanto devem pagar para atrair tais indústrias.

Na década de 1990 o Estado da Bahia desenvolveu uma série de programas para atração de empresas. No que tange o setor de transporte, este surge em 1960, com materiais de transporte e de metal-mecânica, voltados para a indústria do petróleo, incluindo plataformas marítimas.

O surgimento da indústria automobilística na Bahia se dá com as empresas Magirus Deutz, Incabasa, FNV, Cummins e Engex e no metal-mecânico, entre outras, pela Equipetrol e Forjas Nordeste, fruto de atração da SUDENE, a partir da formação do Centro Industrial de Aratu. Isso influenciou a ampliação para o mercado de veículos pesados, porém, não houve avanços no segmento.

Alguns fatores foram determinantes para o retrocesso: a inexistência de um mercado local desenvolvido, a diminuição das atividades de exploração de petróleo na Bahia e a compra de componentes mecânicos no exterior pela Petrobrás. Além da recessão que acometeu a economia brasileira nas décadas de 1980 e 1990, limitando os investimentos, e implicando em perda de unidades produtivas no Estado (PAUPÉRIO, 1999).

Nessa mesma época, o governo baiano encomendou diversos estudos para avaliar a possibilidade de atração de investimentos automobilísticos para a Bahia. Um deles foi realizado pela United Nations Industrial Development Organization, não apresentando resultados satisfatórios, em função de atrasos nos relatórios. O governo tenta na década de 1990 atrair a Hyundai e Ásia Motors (Kia Co.), iniciativas frustradas supõe-se em função da crise cambial dos países Asiáticos em 1997.

Mesmo diante das tentativas frustradas, em 1999 o governo fecha um acordo com a Ford, a primeira montadora a se instalar no Estado, iniciam suas operações em 2001. Entretanto, essa negociação gerou diversas controvérsias sobre as vantagens e desvantagens para o Estado da Bahia.

Na visão de Ribeiro (1999, apud Santos; Spinola 2006) a guerra fiscal que se instalou nesse período se deu em função das alterações feita pelo Congresso Nacional em julho de 1999 após aprovação da Medida Provisória 1.916 que veio a ser transformada na Lei nº 9.826 com finalidade de atender as Regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Esse foi um dos fatores de aceleração da implantação da Ford no Estado da Bahia em ano posterior.

A crise entre as Regiões Sul e Nordeste fica mais evidente, com a declaração do Secretário de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, Emerson Kapaz ao afirmar que:

Na verdade eles estão querendo o status de ter uma montadora no estado(...) o Nordeste deveria valorizar o turismo, comércio serviços e agroindústria e não se pode trazer uma montadora de veículos para determinada região apenas sob o argumento de que lá não existe indústria automobilística. (PAUPÉRIO, 1999, p.68).

Essa visão de que o Nordeste está limitado às atividades de turismo, comércio, serviços e agroindústria, reforça a antiga imagem de um Brasil pujante e industrializado no Sul e o Nordeste com atividades primárias e terciárias, contraditório com o que existe na Bahia, a exemplo do Centro Industrial de Aratu e do Pólo Petroquímico de Camarari. Ao mesmo tempo em que a guerra fiscal dificulta a manutenção do federalismo, ou seja, de cooperação entre as unidades de governo, conforme explica Varsano (1997, apud Santos; Spinola 2006).

Alguns fatores foram fundamentais para atração da Ford para Bahia. Dentre eles pode-se destacar (SANTOS; SPINOLA 2006):

- a) Incentivos fiscais e o baixo custo de mão-de-obra da região, e além da Bahia ter oferecido mais que o Rio Grande do Sul na barganha locacional.
- b) Diferimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS (postergação do pagamento para o ato da venda do produto); financiamento de 75% do restante do ICMS devido durante dez anos com carência de cinco anos para pagamento.
- c) Isenção pelo Município de Camaçari do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e do Imposto sobre Serviços (ISS).
- d) A União reduziu os impostos de até 100% para importação de bens de capital, 90% para insumos e de 50% para veículos, e ainda isenção sobre o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) mais renúncia de 45% de impostos sobre e;
- e) E isenção ao adicional do frete para renovação da Marinha Mercante.

Além dos fatores supracitados, o Estado ofertou infra-estrutura física, a exemplo de terreno, sistema viário, porto especial e demais benefícios, que se analisados fazem questionar o efeito multiplicador da vinda da Ford para a Bahia, conforme explica (FRANCO, 2009). Santos e Spinola (2006) apresentam dados que ratificam o aumento da participação do PIB com a renúncia fiscal, na qual o Estado dispõe recursos para a iniciativa privada. Tudo isso embasado por um forte interesse político.

Para atender as necessidades do setor a Assembléia Legislativa, aprovou a Lei nº. 7.538 de 28 de outubro de 1999, que criou o Proauto (Programa Especial de Incentivo ao Setor Automotivo da Bahia), a fim de ampliar os benefícios e implementar a MP 1.916, que define (SANTOS; SPINOLA, 2006, p.9):

- a) Financiamento de capital de giro em até 12% do valor do faturamento bruto da empresa, inclusive o importado, durante um período de 15 anos;
- b) Carência de 10 anos e amortizações de 12 anos;
- c) 98% (noventa e oito por cento) de desconto sobre as primeiras 72 parcelas do empréstimo;
- d) Financiamentos a investimentos fixos e despesas com implantação do projeto, pelo prazo de 15 anos;

- e) Carência de cinco anos e amortizações em 10 anos;
- f) Taxa de juros de 6% a.a. sem atualização monetária;
- g) Capitalização dos juros no período de carência;
- h) Isenção total de ICMS,
- i) Financiamento de despesas com pesquisas e desenvolvimento de produtos.
- j) A substituição das mesmas condições, em caso de mudanças decorrente de reforma do sistema tributário ou impossibilidade jurídica de adotar o tratamento na referida lei.

Além dos incentivos, o Estado investiu em infra-estrutura, principalmente no porto de Aratu, para atender as necessidades de operação da empresa, criando uma estrutura especializada. Ainda um ramal ferroviário de uso exclusivo da Ford, agregado a isso a ampliação de estradas, rede de energia elétrica, telefonia, água e esgoto, ou seja, um alto investimento de infra-estrutura para uma única empresa.

É sobre os efeitos multiplicadores do Complexo Ford na economia baiana que Santos e Spinola (2006, p.10) questionam, pois as empresas que compõe o condomínio industrial estão divididas em 4 níveis:

- a) No primeiro nível (First Tier ou Fornecedores de Primeira Linha) ficam os chamados “sistemistas”, que são os responsáveis pela entrega de sistemas de peças completos às montadoras (modularização).
- b) No segundo nível (Second Tier ) encontram-se os produtores de peças e componentes que fornecem aos sistemistas;
- c) Nos terceiro e quarto níveis localizam-se os fabricantes de peças isoladas, mais simples que as demais, e os produtores de matérias-primas.

Apesar da geração de empregos diretos ter superado as expectativas iniciais de 5.000 empregos em 2005, com a marca atingida em 2003 e em 2007 soma-se 8.500 empregos diretos, pouco se sabe dos empregos indiretos, que deviam atingir 50.000. Em pesquisa direta com a Ford os autores identificaram que além dos 8.500 existem 2.000 empregos em empresas que prestam serviço a Ford no complexo. Dentre essas empresas tem-se 25 de primeira linha (sistemistas) e 11 empresas de segunda, terceira e quarta linha.

Estima-se por conta do cálculo efetuado que cada emprego direto gere 10 indiretos que o efeito multiplicador possa estar ocorrendo. Entretanto, isso não significa que este ocorra dentro do Estado da Bahia. Pois, se a empresa admite que 76% dos seus componentes são adquiridos no Estado, isso também não significa terem sido produzidos ali. Outro fator são os insumos, que a exemplo do aço, motores que são totalmente produzidos fora e os pneus que o mercado baiano só consegue atender em parte. São Paulo e Minas Gerais são os grandes centros fornecedores.

A empresa informou que existem alguns insumos que são produzidos fora que poderiam ser produzidos na Bahia, a exemplo de peças estampadas pequenas, partes plásticas pequenas, fixadores, dentre outros. Entretanto, as empresas estão esperando uma capacidade efetiva da planta da Ford para poder investir.

Quando se questiona o investimento da Ford na Bahia, a empresa declara que foram na ordem de US\$ 1,2 bilhão mais US\$ 700 milhões dos sistematistas. A produção é de 912 veículos dia em 2006, ou seja, um carro a cada 80 segundos, 250 mil unidades por ano. Sendo 40% para exportação e apenas 20% do mercado interno baiano, 15% do Nordeste e 12% do Brasil, reiterando o questionamento sobre o seu investimento.

Uma última questão do estudo de Santos e Spinola (2006) era saber da mão-de-obra local, se estava qualificada. Foi relatado que existe uma fragilidade das estruturas econômicas, sociais e tecnológicas, que comprometeram o sistema logístico e a desqualificação da mão-de-obra, mas que são questões suplantadas. No entanto, houve uma intensa discussão pela melhoria do salário, pois os valores praticados na Bahia diferiam da região Sul, conforme explica Franco (2009).

Santos e Spinola (2006), concluem que o Complexo impactou positivamente o parque industrial do Estado da Bahia, inserindo bens de consumos duráveis, diversificando a economia regional, atingindo as localidades de Camaçari, Salvador e outros RMS, a exemplo de Feira de Santana. Em contraponto, observam que a renúncia fiscal foi grande, em lugar de outras atividades econômicas com menor investimento, a exemplo do turismo e do fomento a micro e pequenas empresas.

Além das discussões supracitadas Franco (2009) analisa a dinâmica da Região Metropolitana de Salvador (RMS) a partir da implantação da Ford, questionando a perspectiva do “lugar” [a periferia metropolitana], dentro de uma relação de assimetria com os negócios globais na era da flexibilidade. Franco (2009, p.360) afirma que “o desenvolvimento espetacular de técnicas que comprimem o tempo e (quase) eliminam a distância – base dos processos de reestruturação produtiva e de globalização – desemboca numa economia desligada de territórios”. Em que presa a dispersão geográfica dos negócios da era flexível.

De acordo com Harvey (1994), o capitalismo enquanto sistema, está se organizando, por meio da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis na esfera da produção e do consumo, mediante contínua inovação tecnológica, de produto e institucional. Expondo uma arbitrariedade da economia global na economia local, inferindo na relação entre o espaço das grandes empresas o a vida das sociedades locais.

Concluem ainda, os autores citados, que os mesmos fatores que viabilizam a vinda da Ford para a Bahia, criam um distanciamento entre crescimento econômico e progresso social:

A flexibilidade dos novos arranjos, que tornam os espaços periféricos estratégicos, compromete o “enraizamento” do investimento; a “produção enxuta”, exígua de emprego e diligente na sua precarização, inibe os benefícios sociais. (FRANCO, 2009, p.359).

A crítica se expressa pelos não benefícios gerados na periferia de Camaçari, pela precarização das moradias, apesar da Ford desenvolver ações de responsabilidade social, os efeitos gerados ainda são incipientes.

#### 4 CONCLUSÕES

Os limites e fragilidades do crescimento baseado em bens intermediários já são questões bem conhecidas que se tenta superar a partir de três vetores de crescimento. O primeiro deles são os complexos agroindustriais de grãos, fruticultura irrigada e madeira/celulose, que vêm se desenvolvendo em várias regiões do Estado desde 1980. O segundo é o setor de turismo, que a partir dos anos 1990 voltou a merecer a devida atenção. Contudo estes dois setores representam uma participação muito pequena na economia baiana.

O terceiro vetor é a verticalização dos bens intermediários em direção a produção de bens finais. Este com certeza é o mais importante no curto e médio prazo. Com a produção de bens finais a Bahia deixará de ser uma mera exportadora de bens intermediários, e importadora de bens finais. Estabelecer-se-á uma ponte entre a produção e o consumo, o que viabiliza uma complexificação da economia. Todavia, como foi visto, a produção de bens finais ainda é muito tímida na Bahia.

Para Alban (2002), existem várias razões que fizeram com que a produção de bens finais ainda não tenha se desenvolvido adequadamente no Estado. A mais intuitiva seria de natureza microeconômica. Como os bens intermediários sofrem agregação de valor sem maiores alterações de volume, isso acarreta numa redução sucessiva dos custos de transportes. Ao contrário, os bens finais por sofrerem grande agregação de volume elevam os custos de transporte. Desta forma, é muito mais interessante para a empresa, transportar o bem intermediário em seu último estágio e transformá-lo em bem acabado junto ao mercado final. Assim, em tese, não haveria sentido em implantar um parque de bens finais na Bahia.

Mas na realidade, o próprio desenvolvimento já implementado a partir da produção de bens intermediários e de diversas outras atividades fez com que o Nordeste possuísse uma parcela expressiva do mercado nacional. A Bahia representa quase 30% deste mercado, o que a coloca como uma base privilegiada. Neste sentido a explicação microeconômica por si só, não é suficiente para explicar um desempenho tão baixo na produção de bens finais.

Então, segundo Alban (2002), ainda existem três razões que complementam a razão microeconômica. A primeira é uma razão histórica, pois a conclusão do ciclo de desenvolvimento de bens intermediários acontece no momento de crise da economia



ERROR: syntaxerror  
OFFENDING COMMAND: --nostringval--

STACK:

-mark-  
/sfnts  
false